

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.0 - Identificação	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores	3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores	4

2. Auditores independentes

2.1 / 2 - Identificação e remuneração	5
2.3 - Outras inf. relev. - Auditores	6

3. Informações financ. selecionadas

3.2 - Medições não contábeis	7
3.3 - Eventos subsequentes às DFs	8
3.4 - Política destinação de resultados	9
3.5 - Distribuição de dividendos	10
3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas	11
3.7 - Nível de endividamento	12
3.8 - Obrigações	13
3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras	14

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição - Fatores de Risco	15
4.2 - Descrição - Riscos de Mercado	19
4.3 - Processos não sigilosos relevantes	20
4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest	25
4.5 - Processos sigilosos relevantes	26
4.6 - Processos repetitivos ou conexos	27
4.7 - Outras contingências relevantes	28
4.8 - Regras-país origem/país custodiante	29

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	30
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	31
5.3 - Descrição - Controles Internos	32
5.4 - Alterações significativas	34

Índice

5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	35
6. Histórico do emissor	
6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM	36
6.3 - Breve histórico	37
6.5 - Pedido de falência ou de recuperação	38
6.6 - Outras inf. relev. - Histórico	39
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas	40
7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais	41
7.3 - Produção/comercialização/mercados	42
7.4 - Principais clientes	44
7.5 - Efeitos da regulação estatal	45
7.6 - Receitas relevantes no exterior	46
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira	47
7.8 - Políticas socioambientais	48
7.9 - Outras inf. relev. - Atividades	49
8. Negócios extraordinários	
8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante	50
8.2 - Alterações na condução de negócios	51
8.3 - Contratos relevantes	52
8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.	53
9. Ativos relevantes	
9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante	54
9.1.a - Ativos imobilizados	55
9.1.b - Ativos Intangíveis	56
9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.	62
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	63
10.2 - Resultado operacional e financeiro	66
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	67
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	68
10.5 - Políticas contábeis críticas	70

Índice

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	75
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	76
10.8 - Plano de Negócios	77
10.9 - Outros fatores com influência relevante	78
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	79
11.2 - Acompanhamento das projeções	80
12. Assembléia e administração	
12.1 - Estrutura administrativa	81
12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias	84
12.3 - Regras, políticas e práticas do CA	86
12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos	87
12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF	88
12.7/8 - Composição dos comitês	90
12.9 - Relações familiares	91
12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle	93
12.11 - Acordos /Seguros de administradores	94
12.12 - Práticas de Governança Corporativa	95
12.13 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm.	96
13. Remuneração dos administradores	
13.1 - Política/prática de remuneração	97
13.2 - Remuneração total por órgão	98
13.3 - Remuneração variável	100
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações	101
13.5 - Remuneração baseada em ações	102
13.6 - Opções em aberto	103
13.7 - Opções exercidas e ações entregues	104
13.8 - Precificação das ações/opções	105
13.9 - Participações detidas por órgão	106
13.10 - Planos de previdência	107
13.11 - Remuneração máx, mín e média	108

Índice

13.12 - Mecanismos remuneração/indenização	109
13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.	110
13.14 - Remuneração - outras funções	111
13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada	112
13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração	113
14. Recursos humanos	
14.1 - Descrição dos recursos humanos	114
14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos	115
14.3 - Política remuneração dos empregados	116
14.4 - Relações emissor / sindicatos	117
14.5 - Outras informações relevantes - Recursos humanos	118
15. Controle e grupo econômico	
15.1 / 2 - Posição acionária	119
15.3 - Distribuição de capital	121
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico	122
15.5 - Acordo de Acionistas	123
15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm	124
15.7 - Principais operações societárias	125
15.8 - Outras informações relevantes - Controle e grupo econômico	126
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.	127
16.2 - Transações com partes relacionadas	128
16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade	130
16.4 - Outras informações relevantes - Transações com partes relacionadas	131
17. Capital social	
17.1 - Informações - Capital social	132
17.2 - Aumentos do capital social	133
17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação	134
17.4 - Redução do capital social	135
17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social	136
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	137

Índice

18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto	138
18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos	139
18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários	140
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	141
18.6 - Mercados de negociação no Brasil	142
18.7 - Negociação em mercados estrangeiros	143
18.8 - Títulos emitidos no exterior	144
18.9 - Ofertas públicas de distribuição	145
18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas	146
18.11 - Ofertas públicas de aquisição	147
18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários	148
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Descrição - planos de recompra	149
19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria	150
19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria	151
20. Política de negociação	
20.1 - Descrição - Pol. Negociação	152
20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação	153
21. Política de divulgação	
21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos	154
21.2 - Descrição - Pol. Divulgação	156
21.3 - Responsáveis pela política	157
21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação	158

1. Responsáveis pelo formulário / 1.0 - Identificação

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Carla Luciane Diedrich

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Marcos Antônio Costa de Almeida

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

1. Responsáveis pelo formulário / 1.1 – Declaração do Diretor Presidente**DECLARAÇÃO DA DIRETORA PRESIDENTE**

A diretora abaixo qualificada, declara que:

Reviu o Formulário de Referência e que todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19. Declara ainda, que o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

Carla Luciane Diedrich

Diretora Presidente

1. Responsáveis pelo formulário / 1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores**DECLARAÇÃO DO DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES**

O diretor abaixo qualificado, declara que:

Reviu o Formulário de Referência e que todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19. Declara ainda, que o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

Marcos Antônio Costa de Almeida

Diretor de Relações com Investidores

1. Responsáveis pelo formulário / 1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores

DECLARAÇÃO DOS DIRETORS

Os diretores abaixo qualificados, declaram que:

Reviram o Formulário de Referência e que todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19. Declaram ainda, que o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

Carla Luciane Diedrich

Diretora Presidente

Marcos Antônio Costa de Almeida

Diretor de Relações com Investidores

2. Auditores independentes / 2.1 / 2 - Identificação e remuneração

Possui auditor?	SIM
Código CVM	1091-0
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Michelon & Puerari Auditores e Consultores S/S
CPF/CNPJ	09.356.626/0001-00
Período de prestação de serviço	26/04/2013
Descrição do serviço contratado	Revisão especial das Informações trimestrais (ITRs) de 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro; Auditoria completa das demonstrações financeiras – individuais e consolidadas da Companhia do exercício.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Remuneração anual dos auditores - R\$ 100.800,00
Justificativa da substituição	
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
VICENTE MICHELON	26/04/2013	266.906.080-34	Rua Santos Dumont, 1500, conj. 1203, São Geraldo, Porto Alegre, RS, Brasil, CEP 90230-240, Telefone (51) 30864434, Fax (51) 30864434, e-mail: michelon@michelonaudidores.com.br

2. Auditores independentes / 2.3 - Outras inf. relev. - Auditores

2.3 Outras informações julgadas relevantes

Todas as informações consideradas relevantes foram prestadas nos itens anteriores.

3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis**3.2 Medições não contábeis**

- a) Medições não contábeis e
 b) Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas:

Cálculo do LAJIDA (EBITDA) ajustado	31/12/2014	31/12/2014	31/12/2013
Receita Bruta (em R\$ mil)	220.954	200.130	246.435
Receita Líquida (em R\$ mil)	207.304	187.170	225.096
Resultado Operacional (em R\$ mil)	29.949	23.012	13.269
(+) Depreciações e amortizações (em R\$ mil)	7.283	7.268	6.891
= EBITDA AJUSTADO (em R\$ mil)	37.232	30.280	20.160

3.2 c) O LAJIDA (EBITDA) é utilizado como uma medida de desempenho, motivo pelo qual entendemos ser importante a sua inclusão neste formulário. A Administração da Companhia acredita que o LAJIDA (EBITDA) é uma medida prática para aferir seu desempenho e permitir uma comparação com outras companhias do mesmo segmento. De acordo com o item II da nota explicativa à Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, o mais simples conceito do LAJIDA (EBITDA) diz respeito “.....ao montante dado pela adição, ao resultado líquido do período, tão somente dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões”. O referido normativo ainda menciona que “*Todavia, a literatura de fato se refere, muitas vezes, à figura do potencial de geração bruta de recursos com ajuste de alguns itens que a administração entende não contribuir para essa geração bruta de recursos*”.

3. Informações financ. selecionadas / 3.3 - Eventos subsequentes às DFs

3.3 Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social

Não ocorreram eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social.

3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados

3.4 Descrição da política de destinação dos resultados

O Estatuto Social da Companhia prevê que do resultado do exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, e da provisão para pagamento do imposto de renda, será retirada parcela destinada a participação dos administradores no lucro, observados os limites definidos em lei, e cujo pagamento ficará condicionado a efetiva atribuição aos acionistas do dividendo obrigatório.

O lucro líquido terá a seguinte destinação: 5% (cinco por cento) para constituição de Reserva Legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do Capital Social; do saldo remanescente, ajustado consoante o disposto no Artigo 202 da Lei 6404/76, 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, serão distribuídos aos acionistas como dividendo obrigatório e o saldo, se for o caso, que não for apropriado a Reserva de Investimento de Capital, ou retido na forma prevista em orçamento de capital aprovado pela Assembléia Geral, será destinado como dividendo suplementar aos acionistas.

A Reserva de Investimento e Capital de Giro terá por finalidade assegurar investimentos em bens do ativo permanente e acréscimo do capital de giro, inclusive através de amortização de dívidas da sociedade, bem como o financiamento de empresas controladas e coligadas. Será formada com a parcela de 10% do saldo do lucro ajustado após dele deduzido o dividendo obrigatório. Terá como limite máximo importe que não poderá exceder, em conjunto com a Reserva Legal, o valor do Capital Social.

A Assembléia Geral, quando entender suficiente o valor da dita Reserva Estatutária, poderá destinar o excesso para distribuir aos acionistas.

Importante: Nos três últimos exercícios, em virtude dos prejuízos não houve distribuição de dividendos nem retenções para formação de Reservas.

3. Informações financ. selecionadas / 3.5 - Distribuição de dividendos

(Reais Unidade)	Últ. Inf. Contábil 31/12/2017	Exercício social 31/12/2016	Exercício social 31/12/2015	Exercício social 31/12/2014
Lucro líquido ajustado				
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)				
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)				
Dividendo distribuído total				
Lucro líquido retido				
Data da aprovação da retenção				

Lucro líquido retido	Últ. Inf. Contábil 31/12/2017		Exercício social 31/12/2016		Exercício social 31/12/2015		Exercício social 31/12/2014	
	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo

3. Informações financ. selecionadas / 3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas

3.6 Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Nos três últimos exercícios sociais não houve distribuição de dividendos declarados à conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores.

3. Informações financ. selecionadas / 3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2016	475.752.000,00		2,28559890	

3. Informações financ. selecionadas / 3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2017)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Descrever outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
			229.000,00	2.016.000,00	0,00	0,00	2.245.000,00
			371.782.000,00	101.727.000,00	0,00	0,00	473.509.000,00
Total			372.011.000,00	103.743.000,00	0,00	0,00	475.754.000,00
Observação							

3. Informações financ. selecionadas / 3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras

3.9 Outras informações relevantes

Todas as informações consideradas relevantes foram prestadas nos itens anteriores.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

4.1 Descrição dos fatores de risco

Fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, em especial, aqueles relacionados:

a. Ao emissor

O emissor e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos relativos a questões tributárias, cíveis e trabalhistas e podem obter resultados desfavoráveis em alguns desses processos. O emissor e suas controladas estão tomando medidas com vistas a suspender a exigibilidade de certos débitos tributários, e evitar o ajuizamento e/ou prosseguimento de execuções fiscais contra ela e a exigibilidade de prestação de garantias no âmbito de tais execuções, sendo que, caso o emissor ou suas controladas não logrem êxito nessas medidas, é possível que tenham que efetuar desembolsos ou prestar garantias em juízo.

O emissor e suas controladas praticam uma consistente política de seguros, por meio da qual são contratadas diversas apólices de seguro junto a seguradoras brasileiras, idôneas, líderes em seus mercados de atuação, com cobertura para seu patrimônio contra potenciais riscos existentes. Nesse sentido, o emissor e suas controladas possuem apólices de seguro contratadas, com cobertura para danos envolvendo as plantas industriais e demais estabelecimentos por ela ocupados, frota de veículos, lucros cessantes, entre outros.

É política do emissor, assegurar a contratação de seguros afim de resguardar seu patrimônio.

b. A seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

O emissor entende não haver riscos para a Companhia e suas controladas com relação aos controladores diretos e/ou indiretos.

c. A seus acionistas

A volatilidade e falta de liquidez do mercado de valores mobiliários brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações de emissão da Companhia pelo preço e na ocasião que desejarem.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação com outros mercados. O mercado de valores mobiliários brasileiro é substancialmente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado que os principais mercados de valores mobiliários internacionais.

O emissor pode necessitar de recursos adicionais e poderá optar por obtê-los por meio de colocação pública ou privada de títulos de dívida ou de ações ou outros valores mobiliários conversíveis em ações, principalmente na hipótese de financiamentos públicos ou privados não estarem disponíveis. Se os acionistas assim decidirem, os recursos adicionais a serem obtidos por meio de aumento do capital social da Companhia, poderá resultar na diluição da participação do investidor nas ações da Companhia.

d. A suas controladas e coligadas

Os principais riscos que o emissor está exposto estão relacionados a eventuais rompimentos de “contratos de prestação de serviço” mantidos pela controlada Companhia Minuano de Alimentos, bem como oscilações bruscas na variação cambial, custos dos insumos, preços nos mercados onde atua, crise energética, regulação de preços pelos grandes “players” concorrentes, dentre outros que possam impactar nas operações e resultados das

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

controladas/coligadas, diretas e indireta.

e. A seus fornecedores

O preço das matérias-primas e embalagens utilizadas pela controlada Companhia Minuano de Alimentos é volátil e uma oscilação brusca ou inesperada nesses preços poderá ter um efeito adverso para os negócios e resultados do emissor.

f. A seus clientes

A controlada Companhia Minuano de Alimentos está sujeita a reclamações de consumidores e a reposição de produtos, o que pode afetar negativamente sua imagem, bem como ter um impacto relevante em seus custos, negócios e resultados, acarretando um efeito adverso para a companhia.

A controlada Companhia Minuano de Alimentos produz e vende alimentos para consumo humano, o que envolve riscos, tais como contaminação, perecimento, adulteração, dentre outros. Caso a Companhia venha a ser responsabilizada em algum processo de responsabilidade civil relacionado aos seus produtos ou venha a realizar alguma *reposição* de seus produtos, isto poderia impactar negativamente sua lucratividade por um período, dependendo: (i) do volume do produto no mercado; (ii) da reação dos concorrentes; e (iii) da reação dos seus consumidores acarretando, inclusive, custos relevantes de *reposição*, explicações na mídia e com advogados, bem como possíveis pagamentos de indenizações.

Mesmo que não sejam responsabilizadas em uma ação judicial, a publicidade negativa que poderia vir a ser gerada em relação aos seus produtos e à sua qualidade poderia afetar adversamente sua reputação perante atuais e futuros consumidores, assim como sua imagem corporativa e de suas marcas, o que acarretaria um efeito adverso para a Companhia, seus negócios e resultados.

g. Aos setores da economia nos quais o emissor atue

O segmento de mercado em que a controlada Companhia Minuano de Alimentos atua é altamente competitivo e enfrenta, há muitos anos, concorrência de outras empresas sólidas, com presença tanto nos mercados regionais e nacional, quanto internacional, o que facilita o acesso às regiões metropolitanas de algumas dessas companhias. A Companhia não tem como garantir que essa dinâmica competitiva não venha a resultar na diminuição do volume de suas vendas e/ou fazer com que tenha que reduzir seus preços, ou, ainda, que não provoque margens de lucro menores.

A maior parte da produção das empresas do setor alimentício é distribuída por meio do mercado varejista. A concentração do mercado varejista em grandes empresas, o que a Companhia acredita ter sido uma tendência mundial e verificada no Brasil, ainda que em menor intensidade, aumenta o poder de barganha dessas empresas, que podem utilizar o seu poder de mercado para forçar a redução dos preços praticados pelas empresas do setor, inclusive da Companhia e de suas controladas. Essa redução de preços pode ter um efeito adverso para a Companhia. Ademais, a continuidade do fenômeno de concentração dos setores varejistas pode provocar a diminuição da base de clientes, incluindo a da Companhia, elevando sua dependência aos grandes grupos varejistas muito acima dos patamares que historicamente as mesmas têm mantido, o que pode ter um efeito adverso para a Companhia.

h. À regulação dos setores em que o emissor atue

A Companhia está sujeita à regulamentação de autoridades sanitárias federais, estaduais e

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

municipais e à regulamentação do Ministério da Agricultura, relativamente ao processo de fabricação de seus produtos, bem como sua higiene, conservação, embalagem, armazenagem, distribuição e transporte.

A inobservância das leis e regulamentos das autoridades sanitárias pode resultar, sem prejuízo da obrigação de reparar eventuais danos, na aplicação de sanções de natureza penal e administrativa, tais como multa, suspensão parcial ou total das atividades, perda ou restrição de incentivos fiscais e o cancelamento ou suspensão de linhas de financiamento junto a estabelecimentos oficiais de crédito, bem como a proibição de contratar com o poder público, sendo que qualquer dessas sanções pode ter um efeito adverso relevante para suas atividades.

Mudanças ou alterações nas atuais leis e regulamentações sanitárias poderiam acarretar a necessidade de efetuar investimentos substanciais para a adequação de suas atividades à nova legislação, o que poderá ter um efeito adverso para a Companhia. Além disso, a imposição de eventuais sanções pecuniárias ou de outra forma em decorrência de descumprimento da regulamentação sanitária poderá igualmente ter um efeito adverso relevante para suas atividades.

i. Aos países estrangeiros onde o emissor atue

Dentre os principais mercados de atuação, podemos citar países localizados no continente Africano, onde a instabilidade financeira pode acarretar a interrupção nas operações comerciais. Além disso, podemos citar os países localizados em zonas onde há instabilidade política gerada por conflitos religiosos que podem gerar restrições quanto a entrega do container no porto/bloqueios do governo quanto a recebimento da mercadoria. Pode-se citar também as questões sanitárias como por exemplo, os surtos de Gripe Aviária verificados em diferentes países, podem impactar nas transações comerciais do mercado externo.

j. À questões socioambientais

As atividades da controlada Companhia Minuano de Alimentos estão sujeitas a uma extensa legislação federal, estadual e municipal voltadas à preservação ambiental. A inobservância das leis e regulamentos das autoridades ambientais pode resultar, sem prejuízo da obrigação de reparar eventuais danos, na aplicação de sanções de natureza penal e administrativa, tais como multa, suspensão parcial ou total das atividades, perda ou restrição de incentivos fiscais e o cancelamento ou suspensão de linhas de financiamento junto a estabelecimentos oficiais de crédito, bem como a proibição de contratar com o poder público, sendo que qualquer dessas sanções pode ter um efeito adverso relevante para suas atividades.

Mudanças ou alterações nas atuais leis e regulamentações ambientais poderiam acarretar a necessidade de efetuar investimentos substanciais para a adequação de suas atividades à nova legislação, o que poderá ter um efeito adverso para a Companhia. Ainda, eventuais demoras ou indeferimentos, por parte dos órgãos ambientais, na emissão ou renovação de licenças ambientais, assim como a sua eventual impossibilidade de atender às exigências estabelecidas por tais órgãos no curso do processo de licenciamento ambiental, poderão prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a instalação e a operação dos seus empreendimentos. Além disso, a imposição de eventuais sanções pecuniárias ou de outra forma em decorrência de descumprimento da legislação ambiental poderá igualmente ter um efeito adverso relevante para suas atividades.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Neste sentido, a controlada Companhia Minuano está sempre alerta aos impactos ambientais que suas unidades podem causar, realizando constante monitoramento e revitalizações no que se refere ao trato aos resíduos oriundos do processo produtivo.

4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

4.2 Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxa de juros

O emissor e suas controladas têm como prática de gestão a análise e monitoramento constante dos riscos aos quais estão expostos e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa. A Administração constantemente monitora as mudanças no cenário econômico, político e setorial que possam influenciar suas atividades, através de acompanhamento dos principais indicadores de *performance*.

Atualmente, o emissor e suas controlada não identificaram cenário de aumento ou redução de sua exposição aos riscos mencionados no item 4.1 deste Formulário de Referência.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

4.3 Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas:

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos tributários, cíveis, trabalhistas e de outras naturezas, cujas discussões estão em andamento tanto na esfera administrativa como na judicial. Quando aplicável, tais discussões são amparadas por depósitos recursais. As provisões para perdas prováveis decorrentes desses processos são constituídas pela Administração, considerando a opinião de seus assessores jurídicos.

Periodicamente, a Administração avalia os riscos contingentes, tendo como base fundamentos jurídicos, econômicos e tributários, com o objetivo de classificá-los, segundo suas chances de ocorrência e de exigibilidade, como prováveis, possíveis ou remotos, levando em consideração, conforme o caso, as análises dos escritórios de advocacia que patrocinam as causas da Companhia e sociedades controladas.

Existem processos em discussão nos âmbitos administrativo e judicial, e as interpretações jurisprudenciais variam e se aplicam caso a caso, conforme as características peculiares de cada demanda. No encerramento do exercício, do total dos processos de naturezas trabalhista e cível, inexistem processos discutidos em âmbito administrativo, e os processos que estão sendo discutidos em âmbito judicial, tramitam em instâncias inferiores e superiores, conforme o caso. Já em relação aos processos de natureza tributária, aproximadamente 10% estão sendo discutidos em âmbito administrativo e aproximadamente 90% estão sendo discutidos em âmbito judicial, em instâncias inferiores e superiores, conforme o caso. Os processos fiscais foram parcelados através dos benefícios auferidos pela MP 470/09.

Destes, somente as contingências cujos riscos são classificados como prováveis são provisionadas em valores considerados como suficientes para cobrir as perdas estimadas. As provisões para contingências registradas representam a melhor estimativa da Administração quanto aos riscos de perda envolvidos.

Abaixo são destacados os processos em que a Companhia ou suas controladas são partes e que são relevantes individualmente.

a) Tributárias:

No final do exercício, a Companhia e suas controladas eram parte em 170 ações fiscais (judiciais e administrativas). Tais processos, por terem seus valores na grande maioria vinculados a processos de parcelamentos fiscais (sejam estaduais, sejam federais), os saldos encontram-se devidamente registrados no Balanço Patrimonial da empresa, sendo corrigidos pelos índices aplicados a estes passivos (SELIC).

a.1) Crédito Prêmio de IPI:

No ano de 2009, com a decisão do Supremo Tribunal Federal que limitou em 05 de outubro de 1990, o direito ao Crédito de incentivo fiscal setorial instituído pelo art. 1º do Decreto Lei nº 491, de 5 de março de 1969, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos procedeu ajustes em seu Ativo pela redução do valor referente ao período posterior a 1990, que estava registrado desde o exercício de 2006. Tendo por base parecer dos consultores jurídicos, entende que o registro contábil do crédito ocorrido em 2006, ajustado ao que foi limitado pelo STF, está amparado em decisão judicial definitiva nos autos da ação ordinária nº. 87.0001354-

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

4, que não admite mais a interposição de ação rescisória. Desta forma, o saldo mantido no Ativo Não Circulante decorre da decisão da Companhia em limitar o crédito à decisão do STF.

Considerando a necessidade de manter a segurança jurídica da Companhia e da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, a controlada optou por incluir os débitos cujas compensações foram realizadas com a utilização de crédito apurado após 05 de outubro de 1990, em dois parcelamentos: O parcelamento especial instituído pela MP 470, e o parcelamento instituído pela Lei 11.941/2009 (REFIS DA CRISE 2009). Contudo em janeiro/2013 a controlada Companhia Minuano de Alimentos foi formalmente excluída deste último parcelamento por inadimplência.

A Controlada, através de seus assessores jurídicos, realizou ampla discussão em processos administrativos, inclusive com a interposição, em 29/02/2012, de Recurso Voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), objetivando o direito ao crédito. Em decisão proferida no dia 27/11/2013, a turma negou provimento ao referido recurso e, conseqüentemente, não reconheceu o direito ao crédito à Controlada, sob o entendimento de não haver documentação comprobatória das exportações, que se traduziriam pelas notas fiscais da época. Diante da referida decisão administrativa, que se contrapôs àquela proferida na Ação Ordinária nº. 87.0001354-4, a controlada, em 12/09/2014, optou por ajuizar uma Ação Anulatória, cuja principal discussão envolve a possibilidade de comprovação das exportações através de sua escrita fiscal, bem como, por relatórios de exportação emitidos pelo Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio (MDIC). A referida ação tramita na 22ª Vara Federal de Brasília sob o nº. 0064091.31.2014.4.01.3400.

a.2) Lei 11.941/2009:

A Companhia e sua controlada indireta formalizaram em 21 de setembro de 2009, a adesão ao parcelamento de débitos fiscais previstos na Lei nº 11.941/2009, requerendo em caráter definitivo a exclusão de parcelamentos anteriores a esta Lei, sendo que os benefícios econômico-financeiros foram devidamente registrados à época da adesão.

Em 30 de junho de 2011, a Companhia e sua controlada tiveram a consolidação do saldo passível de adesão ao referido parcelamento, efetuada pela Receita Federal, entretanto a Controlada foi formalmente excluída desse parcelamento em Janeiro/2013 por inadimplência e os impactos dessa exclusão foram devidamente registrados em seu Passivo à época.

a.3) Lei 12.996/2014:

Em 25 de agosto de 2014, a Companhia e sua controlada indireta aderiram, com parte de seus passivos tributários federais, ao Programa de Parcelamento oriundo da Lei nº 12.996/2014 e Portaria Conjunta PGFN/RFB Nº 14/2014, sendo que os benefícios econômico-financeiros foram devidamente registrados no momento da adesão.

Como consequência do referido parcelamento, a Companhia e sua controlada indireta liquidaram valores correspondentes a multas de mora, de ofício e isoladas e a juros de mora, remanescentes após as reduções legais, com a utilização de créditos fiscais decorrentes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social, contudo a validação destas liquidações por parte da Receita Federal do Brasil – RFB e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, ocorrerá no momento da consolidação da dívida. Para fins de adesão ao referido parcelamento, as Empresas efetuaram o recolhimento mensal da antecipação com base nos percentuais determinados pelos referidos normativos, sendo estas acrescidas de juros correspondentes à variação mensal da taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Em 30 de julho de 2015, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional conjuntamente com a Receita Federal do Brasil, divulgaram, através da Portaria conjunta PGFN/RFB nº 1.064/15, os procedimentos para consolidação da modalidade de Demais Débitos administrados pela PGFN e/ou pela RFB. Neste sentido, em agosto de 2015 a controladora e sua controlada indireta formalizaram os procedimentos necessários ao atendimento do referido normativo.

a.4) Lei 13.043/2014:

Em novembro/2014, a Companhia e sua controlada indireta aderiram a quitação antecipada de parcelamentos previdenciários conforme previsto no art. 33 da MP 651/14, convertida na Lei nº 13.043/14.

Com esta adesão, as empresas quitaram antecipadamente alguns parcelamentos previdenciários através do pagamento de 30% do saldo existente na data da adesão, bem como com a utilização de Prejuízos Fiscais e Base Negativa de CSLL para quitação do saldo remanescente, após o referido pagamento, na mesma data.

a.5) Processo nº 0053960-05.2005.8.26.0224 (224.01.2005.053960-0)

Juízo: 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Guarulhos (SP)

Instância: Primeira

Partes no Processo: Fazenda do Estado do São Paulo e Frigumz Alimentos S/A. (antiga denominação social da companhia controlada Companhia Minuano de Alimentos)

Valores bens ou direitos envolvidos: R\$ 42.007.913,29

Principais fatos: Execução Fiscal relativa a glosa de Créditos de ICMS, com autuação fiscal mediante arbitramento sobre as operações mercantis efetivadas no Estado de São Paulo, em decorrência da não apresentação, na oportunidade, da documentação fiscal (3ª via das NFs de vendas em São Paulo) que se encontravam na sede da Companhia, na cidade de Jaraguá do Sul (SC)

Chance de perda: De acordo com a opinião dos assessores jurídicos da Companhia "A previsão de perda é **POSSÍVEL**, em vista do posicionamento do Tribunal de Justiça de São Paulo, na Exceção de Pré-executividade, relativamente ao fato de que as mesmas alegações já formuladas poderiam ser objeto de exame pelo Poder Judiciário, através de Embargos à Execução Fiscal, exigida a segurança do Juízo (penhora);

Análise do impacto em caso de perda do processo: O impacto será no valor da Execução Fiscal, porém reitera-se que a possibilidade de perda é **POSSÍVEL**.

b) **Contingências possíveis:**

Na avaliação dos assessores jurídicos, os processos considerados como de perda possível totalizam R\$ 148.257 mil, distribuídos entre processos tributários, cíveis e trabalhistas.

c) **Cível:**

Em 31 de Dezembro de 2015, a Companhia e suas controladas eram rés em 37 ações cíveis. A maior parte das ações de natureza cível nas quais a Companhia e suas controladas figuram como rés envolvem questões rotineiras de seus negócios, tais como pedidos de indenizações por supostas cobranças e inclusões em cadastro de inadimplentes realizadas de forma indevida, alegações de descumprimento contratual, indenizações por danos morais e materiais, dentre outras.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia e suas controladas mantinham provisão para eventuais perdas em processos judiciais classificados com probabilidade de perda provável no montante aproximado de R\$ 15.366 mil conforme critérios de provisionamento mencionado anteriormente.

Trabalhistas:

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia e suas controladas figuravam como reclamadas em 390 processos judiciais de natureza trabalhista. Referidas ações versam basicamente sobre reconhecimento de hora extra e seus reflexos, horas em itinere, indenização por acidente de trabalho, indenização por danos morais e materiais, dentre outras matérias.

A Companhia e suas controladas mantinham provisão para perdas prováveis em processos judiciais de natureza trabalhista no montante aproximado de R\$ 8.752 mil, com depósitos judiciais de aproximadamente R\$ 3.817 mil efetuados. A Companhia e suas controladas provisionam os valores de perda provável dos valores discutidos desses processos.

As principais matérias discutidas nos processos trabalhistas provisionados estão abaixo elencadas:

d.1) Horas Extras e Reflexos e Horas in Itinere: A controlada Companhia Minuano de Alimentos figura como ré em diversos processos tendo como objeto o pleito de horas extraordinárias de trabalho e horas *in itinere*. Ademais, pairam discussões em relação a validade da desconsideração dos minutos que antecedem e sucedem a jornada de trabalho da forma prevista nas normas coletivas. Neste ponto, a controlada indireta Companhia Minuano, gradativamente, alterou a desconsideração dos minutos que antecedem e sucedem a jornada de trabalho de seus empregados, de forma a observar o previsto na CLT.

d.2) Acidente de Trabalho ou Doença a este equiparado: A controlada Companhia Minuano de Alimentos figura como ré em diversos processos que têm como objeto o pleito de indenizações por danos ligados a acidentes de trabalho ou doenças a este equiparado sofridos por seus colaboradores, assim considerados todo infortúnio que ocorra com os mesmos quando do exercício de suas atividades. Da mesma forma, o acometimento de doenças ocupacionais, ou seja, com liame causal no exercício das tarefas intrínsecas ao trabalho. A fim de combater tais situações a Companhia e suas controladas contam SESMT ativo, além de observar todos os programas previstos nas normas regulamentadoras que dispõem sobre ergonomia e segurança do trabalho.

d.3) Indenização por Danos Morais: Alguns dos processos de natureza trabalhista, além dos pedidos ligados ao próprio contrato de trabalho, discutem matérias de ordem moral supostamente causados pela Companhia e suas controladas. Tais pedidos fundamentam-se em ações ou omissões dos prepostos que tenham porventura ferido os bens de ordem moral do requerente, configurando-se o Assédio Moral.

d.4) Domingos e feriados em dobro: A controlada Companhia Minuano de Alimentos figura como ré em diversos processos tendo como objeto a suposta não concessão do descanso semanal remunerado previsto na legislação trabalhista, o que geraria a obrigação do empregador realizar o pagamento do valor correspondente em dobro. Entretanto, em raríssimos casos há condenação, já que a existência de descanso semanal remunerado é devidamente observado pelas informantes.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

d.5) Indenização por Danos Materiais: Grande parte dos processos de natureza trabalhista, além dos pedidos ligados ao próprio contrato de trabalho, discutem matérias de ordem material causados pela Companhia, decorrentes dos mais variados tipos de ações ou omissões de seus colaboradores que tenham porventura ferido um bem patrimonial do requerente, diminuindo o valor dele, restringindo sua utilidade, ou mesmo a anulando. Exemplo disso ocorre nos casos que incluem discussão de acidente ou doença do trabalho, que através de laudos médicos é possível quantificar a perda da capacidade laborativa do caso. Isto se dá através de tabela da SUSEPE, amplamente conhecida entre os médicos peritos.

d.6) Troca de Uniforme: A controlada Companhia Minuano de Alimentos figura como ré em diversos processos que têm como objeto o pleito de horas pela troca de uniforme, ou seja, o período existente entre a uniformização e o registro da jornada. Ocorre, que no início jornada é feito a troca de uniforme antes do registro ponto, e no fim, a referida troca é realizada após o registro. Tal período que até o presente momento não é contabilizado é caracterizado como a disposição do empregador, havendo condenação da Companhia de maneira maciça nas reclamações trabalhistas.

Atualmente, na maioria das unidades o tempo destinado a troca de uniforme foi devidamente ajustado, seja por sua inclusão na jornada de trabalho normal, seja pelo ajuste através de acordo coletivo. Ou seja, em breve tal discussão restará superada.

4. Fatores de risco / 4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest

4.4 Descrição dos processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas

Não existem processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam ou tenham sido administradores ou partes relacionadas do emissor ou de suas controladas.

4. Fatores de risco / 4.5 - Processos sigilosos relevantes

4.5 Informações sobre processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte que não tenham sido divulgados nos itens 4.3 e 4.4

O emissor e suas controladas não são parte em nenhum processo sigiloso. Todos os processos relevantes foram descritos nos itens 4.3 e 4.4.

4. Fatores de risco / 4.6 - Processos repetitivos ou conexos

4.6 Descrição dos processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, em que o emissor ou suas controladas sejam partes

A Companhia e suas controladas não possuíam processos judiciais, administrativos e arbitrais repetitivos ou conexos de natureza tributária, cível ou trabalhista, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, além dos processos judiciais ou administrativos mencionados no item 4.3.

4. Fatores de risco / 4.7 - Outras contingências relevantes

4.7 Descrição de outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores

Todas as contingências relevantes da Companhia ou suas controladas estão abrangidas pelos itens anteriores.

4. Fatores de risco / 4.8 - Regras-país origem/país custodiante

4.8 Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

Não se aplica ao emissor por se tratar de empresa com sede no Brasil.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1 Descrição dos principais riscos de mercado

Os principais riscos que o emissor está exposto estão relacionados a oscilações bruscas na variação cambial, custos dos insumos, preços nos mercados onde atua, crise energética, regulação de preços pelos grandes “*players*” concorrentes, dentre outros que possam impactar nas operações e resultados das controladas/coligadas, diretas e indireta.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

5.2 Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado adotada pelo emissor

O emissor não tem uma política formal de gerenciamento de riscos. A administração acompanha e monitora a evolução do mercado e, quando são constatadas possibilidades de riscos iminentes busca proteção adequada para evitar reflexos negativos nas suas operações.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 Controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis

a) As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Administração é responsável pelo estabelecimento e manutenção de controles internos adequados relativos aos relatórios financeiros da Companhia e de suas controladas diretas e indireta. O sistema de controle interno do grupo está direcionado na premissa de garantir, de forma razoável, e em todos os aspectos relevantes, a confiabilidade dos relatórios financeiros e a preparação das demonstrações financeiras para divulgação externa, conforme práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS). Devido às limitações inerentes, os controles internos sobre os relatórios financeiros podem não prevenir ou não detectar erros. Com base na sua avaliação da Administração, concluiu-se que no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia e suas controladas diretas e indireta, mantinham controles internos adequados sobre os relatórios financeiros, sem identificação de deficiências significativas.

b) As estruturas organizacionais envolvidas

Os diretores das empresas do grupo possuem apoio permanente dos Departamentos de Controladoria e de Auditoria Interna para elaboração e fiscalização dos processos, garantindo a adoção das boas práticas observação das normas contábeis aplicáveis e de controle interno, respectivamente. A área de Auditoria interna efetua avaliação dos processos relevantes da organização, identificando os pontos de auditoria e reportando-se diretamente ao Conselho de Administração do emissor.

c) Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Os resultados de todos os trabalhos de auditoria interna são reportados ao Conselho de Administração e aos Diretores e Gerentes envolvidos. Para todas as deficiências apresentadas é solicitado as áreas a elaboração de um plano de ação, responsável e data de implantação.

d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Os auditores externos conduziram um estudo e avaliação do sistema contábil e de controles internos da Companhia em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013 com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre esses controles internos. Com base nesta revisão, o Auditor Independente não detectou deficiências que pudessem comprometer as demonstrações contábeis do emissor e de suas controladas diretas e indireta, motivo pelo qual não houve emissão de recomendações em relatórios circunstanciados.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

- e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

Como não houveram deficiências apontadas pelo Auditor Independente, tampouco emissão de relatório circunstanciado com recomendações, não há comentários dos diretores a serem divulgados.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

5.4 Alterações significativas nos principais riscos de mercado

Em relação ao último exercício, se comparado a 2014 as alterações significativas foram:

- Variação da Taxa do Dólar ao final do exercício de 2015, e;
- Concentração de mercado nos grandes *"players"*.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

5.5 Outras informações relevantes

Todas as informações consideradas relevantes foram prestadas nos itens anteriores.

6. Histórico do emissor / 6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM

Data de Constituição do Emissor	14/07/1990
Forma de Constituição do Emissor	Transformação da Sociedade Mercantil por cotas de responsabilidade limitada, Minuano - Exportação e Administração Ltda., em sociedade por ações.
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	21/12/1990

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

6.3 Breve histórico do emissor

A Companhia foi constituída como uma sociedade empresária, por cotas de responsabilidade limitada, em 01/08/1984, sob a denominação de Minuano – Exportação, Participação e Administração Ltda., sediada na Av. Senador Alberto Pasqualini 1535, Bairro São Cristóvão, na cidade de Lajeado (RS), CEP 95900-000, foro e comarca do mesmo nome, tendo por objeto social o comércio de exportação, participação em outras sociedades e prestação de serviços de administração às sociedades controladas.

Em 14/09/90 a Assembleia Geral Extraordinária deliberou sobre a transformação da sociedade em Companhia, sob a denominação de Minupar Participações S/A. Desta forma, a Assembleia Geral Extraordinária de 01/11/90 deliberou a emissão de debêntures conversíveis em ações, integralmente subscritas pelos acionistas, sendo oportunizado aos acionistas da Companhia Minuano de Alimentos, fundada em 1946, a troca das suas ações de emissão desta por ações de emissão de Minupar Participações S/A.

A transformação da sociedade empresária por cotas em sociedade por ações “companhia” de capital aberto permitiu o ingresso de novos acionistas aportando recursos para atender as necessidades financeiras necessárias para o seu crescimento.

Atualmente, o Grupo Minupar Participações S/A, através de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos tem as suas principais atividades organizadas nos segmentos relacionados às atividades frigoríficas, produção de produtos industrializados a base de carnes, também atuando na prestação de serviços para terceiros nas linhas de abate, desossa e industrialização de carnes de aves. A comercialização dos produtos com a marca “Minu” ocorre principalmente nos Estados da região sul do Brasil além de exportar para países localizados na África, Leste Europeu, América Central e Ásia.

6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação

6.5 Indicar se houve pedido de falência, desde que fundado em valor relevante, ou de recuperação judicial ou extrajudicial do emissor, e o estado atual de tais pedidos

Desde a fundação do emissor não houve pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial.

6. Histórico do emissor / 6.6 - Outras inf. relev. - Histórico

6.6 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas informações relevantes foram divulgadas nos itens anteriores.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

7.1 Descrição das atividades desenvolvidas pelo emissor e suas controladas

O emissor tem por objeto social principal a participação no capital de outras empresas.

A controlada Companhia Minuano de Alimentos tem como as suas principais atividades: integração avícola, abate e processamento de carne de frango, produção de produtos industrializados a base de carnes e produção de rações, também atuando na prestação de serviços para terceiros nas linhas de abate, desossa e industrialização de carnes de aves. A comercialização dos produtos com marca própria "Minuano" ocorre principalmente nos estados da região sul do Brasil além de exportar para países localizados na, Europa, Ásia, África e América Central. O parque fabril é formado por seis unidades industriais localizados nos estados do Rio Grande do Sul (4) e Santa Catarina (2). A controlada presta, ainda, serviços para terceiros nas linhas de produção de ovos incubáveis, pintos de um dia, abate, desossa e industrialização de carnes de aves. Com relação as unidades localizadas no Estado de Santa Catarina, uma está arrendada a terceiros e a outra está desativada.

A Companhia Minuano de Alimentos, ao longo de mais de 60 anos, desenvolveu e consolidou um modelo de distribuição pulverizado para o mercado interno, na Região Sul, através de distribuidoras que atendem ao micro e pequeno varejo, com a opção de efetuar também a venda direta aos de médio porte. Com o objetivo de criar um sólido relacionamento de negócios com as grandes redes mantém, neste segmento, um atendimento personalizado, através de seu Departamento Comercial.

7. Atividades do emissor / 7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais

7.2 Informações sobre segmentos operacionais do emissor

a.1 Produtos e Marcas

A controlada Companhia Minuano de Alimentos atua no setor de alimentos com o seu portfólio de produtos composto por: salsichas, mortadelas de frango, mortadelas, presunto, apresuntados, peito de frango defumado, quitute de frango, pele frita e defumados.

A controlada atua no mercado interno com a marca “Minu” e no mercado externos com as marcas “Minu”, “Royal”, “Minal” e “Saran” o que permite no caso do mercado externo, atuar no mesmo país importador com mais clientes.

a.2 Serviços de Industrialização

A controlada Companhia Minuano de Alimentos mantém contratos de prestação de serviços para terceiros nas unidades de Lajeado-RS (abatedouro); Arroio do Meio-RS (indústria de rações); Estrela-RS (incubatório) e Bom Retiro do Sul-RS (produção de ovos férteis).

b. Receita bruta proveniente dos segmentos de atuação em R\$ mil

SEGMENTO	2015	2014	2013
Industrializados	73.627	66.479	59.302
Frigorífico – Abate e Processamento de Aves	147.327	133.651	187.133
Total	220.954	200.130	246.435

DESCRIÇÃO	2015	2014	2013
Receita Líquida	207.304	187.170	225.096
% Participação sobre a Receita Líquida			
Industrializados	35,52%	35,52%	26,35%
Frigorífico – Abate e Processamento de Aves	71,07%	71,41%	83,13%

c. As operações da controlada Companhia Minuano de Alimentos, no ano de 2015, apresentaram Lucro Bruto na ordem de 22,55% da Receita Operacional Líquida, o equivalente a R\$ 46.740 mil, sendo que este resultado, porém, se demonstrou insuficiente frente às despesas financeiras. Contudo o EBITDA consolidado da Minupar nos anos de 2015, 2014 e 2013 foi respectivamente, de R\$ 37,2 milhões ou 18,0% da receita líquida; R\$ 30,3 milhões ou 16,2% da receita líquida, e; R\$ 20,7 milhões ou 9,2% da receita líquida, representando uma melhora de 1,8p.p. em 2015. A melhora de performance está relacionada principalmente ao desempenho da operação de industrializados, onde, apesar de verificarmos uma redução dos volumes de vendas praticados no ano, na ordem de 5,6%, os preços verificados nas operações do Mercado Externo, impulsionados pelo câmbio, contribuiu de maneira expressiva na geração de caixa.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

7.3 Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 7.2, descrever:

a. Características do processo de produção

O processo de produção pode ser caracterizado basicamente em dois.

(i) Relacionado aos contratos de industrialização, onde o processo é verticalizado, abrangendo todas as etapas da cadeia avícola. Desde a criação das aves matrizes, localizadas em granjas próprias, o Incubatório na produção de pintos de um dia, a fabricação de rações para suprir a necessidade alimentar das aves e o frigorífico, onde o abate e a produção são realizados conforme definição do parceiro operacional.

(ii) Para o processo relacionado à produção de produtos com marca própria destinados aos mercados interno e externo, os insumos são adquiridos de terceiros, inclusive daqueles parceiros das operações de industrialização e elaborados em conformidade com as especificações pré-estabelecidas e aprovadas pelos órgãos de controle. Os produtos são na sua grande maioria compostos de carnes e condimentos, embalados conforme destino, se nacional ou externo, e comercializados resfriados ou congelados.

b. Características do processo de distribuição

No mercado interno, as vendas da controlada Companhia Minuano de Alimentos, estão concentradas no Estado do Rio Grande do Sul. No quadro abaixo, segue a representação por região das vendas, em comparação ao total comercializado no Brasil:

	2015	2014	2013
Rio Grande do Sul	95%	91%	90%
Outros Estados	5%	9%	10%
Total	100%	100%	100%

São realizadas por meio da combinação de canais de venda direta e indireta. Venda direta compreende todas as vendas realizadas por meio de representantes comerciais e vendedores próprios. A venda indireta compreende as vendas realizadas por distribuidores nas regiões onde a controlada atua.

Neste contexto, o mix de faturamento da Companhia, relativo a vendas diretas e às vendas a intermediários no mercado interno é a seguinte:

	2015	2014	2013
Vendas Diretas	46%	39%	30%
Vendas Intermediadas	54%	61%	70%
Total	100%	100%	100%

Produtos Marca Própria - Mercado Externo

As receitas provenientes das operações comerciais realizadas no mercado externo, corresponderam nos anos de 2013, 2014 e 2015 a 45%, 24% e 22%, respectivamente, do faturamento líquido da companhia. Dentre os principais produtos exportados, podemos, salsichas de carne de frango e mortadelas.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

As vendas no mercado externo abrangem mais de uma dezena de países, sendo que se destacam entre os principais destinos, Benin, Angola, África do Sul, Armênia, Suriname, Guyana, Cingapura, Cuba, Congo e Gabão dentre outros, através de canais de venda direta e representantes.

c. Características dos mercados de atuação, em especial:

As operações comerciais são desenvolvidas tanto no mercado nacional como no mercado externo através de canais de venda direta e também por intermédio de representantes.

i. Participação em cada um dos mercados

Considerando os volumes atuais praticados pelos grandes “players” aliado ao grande número de outras empresas, inclusive de menor porte (regionalizadas), fica difícil mensurar a participação.

ii. Condições de competição nos mercados

Concorrência

O segmento de mercado em que a Companhia atua é altamente competitivo e pulverizado e conta com a presença de outras companhias tradicionais e líderes de mercado, tais como BRF e JBS, além de companhias regionais com atuação local.

d. Eventual sazonalidade

De modo geral, a demanda pelos produtos da Companhia não está sujeita à sazonalidade.

e. Principais insumos e matérias primas

Os principais insumos e matérias-primas utilizados nos processos de produção própria são entre outros:

Carnes de frangos: utilizadas como matéria-prima no processo de produção de industrializados destinados tanto ao mercado nacional como ao mercado externo;

Condimentos e especiarias: utilizadas como matéria-prima no processo de produção de industrializados destinados tanto ao mercado nacional como ao mercado externo.

7. Atividades do emissor / 7.4 - Principais clientes

7.4. Identificação de clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor

No ano, a controlada Companhia Minuano de Alimentos não apresentou clientes que representassem mais de 10% de sua receita líquida, nas operações comerciais envolvendo produtos com marca própria, tanto no mercado interno como no mercado externo. Já em relação aos parceiros operacionais nas operações de prestação de serviços a terceiros, destaca-se a receita com prestação de serviço para a empresa BRF – Brasil Foods S/A., com representatividade acima de 10% da receita líquida do emissor.

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

7.5. Efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor

a. As atividades da controlada Companhia Minuano de Alimentos estão sujeitas a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. As unidades operacionais operam mediante licenciamentos ambientais nas esferas estaduais nos estados onde atua. Esses processos são periodicamente revistos e sua validade depende do cumprimento das condicionantes estabelecidas pelo órgão ambiental licenciador. Paralelo a essas licenças de operação, as unidades da Companhia estão sujeitas ao Sistema de Inspeção Federal, supervisionado pelo Ministério da Agricultura, através do qual mantém constante monitoramento das operações industriais. Além disso, segue regras trabalhistas específicas ao segmento frigorífico, definidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

b. No desenvolvimento e execução de suas atividades industriais, ao longo de mais de 65 anos de atuação, a Companhia busca adotar as melhores práticas de gestão ambiental, sanitária e trabalhista. A Companhia não assinou nenhum contrato de adesão a padrões internacionais de proteção ambiental.

A Companhia se utiliza de recursos hídricos provenientes de captação subterrânea e ainda de abastecimento público por empresa concessionária. A Companhia procura obter outorga de direito de uso dos recursos hídricos captados em seus empreendimentos.

A Companhia utiliza em seus processos produtos controlados pela Polícia Federal, como a amônia para a geração de frio. Para tanto possui as devidas licenças. Com relação aos resíduos, tanto líquidos como sólidos, são mantidos contratos com empresas certificadas para dar o devido destino a esses resíduos.

c. As marcas mais relevantes da Companhia estão devidamente registradas no Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI, no segmento de mercado de sua atuação. Além da proteção das marcas no mercado nacional, a companhia busca proteger suas principais marcas em outros países.

Outras informações relacionadas a marcas e patentes, podem ser verificadas na seção 9.1.b deste formulário de referência.

7. Atividades do emissor / 7.6 - Receitas relevantes no exterior

7.6 Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar:

- a.** Receita consolidada proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e de suas controladas e sua participação na receita líquida total do emissor

Com relação ao exercício de 2015, 78% ou R\$ 162.579 mil da receita líquida é proveniente das operações realizadas no país sede do emissor, ou seja, Brasil.

- b e c.** Com relação à receita líquida proveniente dos clientes estrangeiros do emissor, 22% ou R\$ 44.725 mil são oriundos dos mesmos, e dentre os principais destinos citamos: Benin, Angola, África do Sul, Armênia, Suriname, Guyana, Cingapura, Cuba, Congo e Gabão dentre outros.

7. Atividades do emissor / 7.7 - Efeitos da regulação estrangeira

7.7 Efeitos da regulação estrangeira na atividade

A controlada Companhia Minuano de Alimentos, por efetuar exportações destinadas a países de religião muçulmana, está sujeita à regulação de caráter religioso no tocante a realização de abate seguindo os preceitos da religião islâmica, denominado “abate Halal”. Tal regulação deve ser cumprida uma vez que o descumprimento da mesma inviabiliza a comercialização de seus produtos nos países que exigem tal preceito. Neste sentido a Controlada toma todas as ações necessárias para o cumprimento de tal preceito, evitando prejuízos aos seus negócios.

7. Atividades do emissor / 7.8 - Políticas socioambientais

7.8 Informações sobre as políticas socioambientais

A Companhia não mantém acordos com instâncias governamentais nacionais e estrangeiras ou comunidades, políticas de responsabilidade socioambiental, informações sobre práticas de sustentabilidade, patrocínio e incentivo cultural.

A Companhia não possui projeto de Sustentabilidade, razão pela qual não publica Relatório de Sustentabilidade ou documento similar.

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

7.9 Outras informações relevantes

Todas as informações consideradas relevantes foram prestadas nos itens anteriores.

8. Negócios extraordinários / 8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante

8.1 Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

O emissor tampouco suas controladas, diretas ou indireta, realizaram aquisições ou alienações de ativo relevante que não se enquadrasse como operação normal nos negócios do emissor nos 3 últimos exercícios sociais.

8. Negócios extraordinários / 8.2 - Alterações na condução de negócios

8.2 indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

O emissor e suas controladas diretas e indireta não sofreram alterações significativas na forma de condução de seus negócios nos 3 últimos exercícios sociais.

8. Negócios extraordinários / 8.3 - Contratos relevantes

8.3 Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

O emissor e suas controladas diretas e indireta não celebraram contratos relevantes não diretamente relacionados com suas atividades operacionais nos 3 últimos exercícios sociais.

8. Negócios extraordinários / 8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

8.4 Outras informações relevantes

Todas as informações consideradas relevantes foram prestadas nos itens anteriores.

9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante**9.1 Bens do ativo não-circulante relevantes - outros:**

A Companhia e suas controladas diretas e indireta não possuem outros bens do ativo não-circulante relevantes além dos listados no item 9.

9. Ativos relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Abatedouro Frigorífico de Aves - F1	Brasil	RS	LAJEADO	Própria
Indústria de Embutidos - F2	Brasil	RS	Arroio do Meio	Própria
Abatedouro Frigorífico de Aves - F3	Brasil	RS	Passo Fundo	Própria
Indústria de Rações - FR	Brasil	RS	Arroio do Meio	Própria
Incubatório - Produção de pintos de um dia	Brasil	RS	Estrela	Própria
Central de beneficiamento de ovos	Brasil	RS	LAJEADO	Própria
Abatedouro Frigorífico de Suínos - Abate e industrialização de carnes	Brasil	SC	Armazém	Própria
Industrialização de carnes suínos e aves	Brasil	SC	Jaraguá do Sul	Própria
Granja produção de ovos férteis - Granja Paraíso	Brasil	RS	Estrela	Própria
Granja de recria de aves de postura - Granja Pinhal	Brasil	RS	Bom Retiro do Sul	Própria
Granja produção de ovos comerciais - Granja São Rafael	Brasil	RS	Cruzeiro do Sul	Própria

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	MINU (Carne, peixe, aves e caça) - 1.833.717	10/02/2014 - Não Renovada	A Companhia optou por não efetuar a renovação da Marca, como consequência outras empresas poderão utilizar a marca naquele País, inclusive registrando sua propriedade.	A Companhia optou por não efetuar a renovação da Marca, como consequência outras empresas poderão utilizar a marca naquele País, inclusive registrando sua propriedade.
Marcas	MINU LIGHT (Carnes, aves, ovos, gorduras, óleos comestíveis, condimentos) - 816.627.568	23/11/2023	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINU (Café e ervas para infusão) - 816.627.592	23/11/2023	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINUANO (massas alimentícias em geral, farinhas e fermentos) - 816.627.614	24/10/2015 - Encaminhada renov	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINUANO LIGHT (carnes, aves, ovos, gorduras, óleos comestíveis e condimentos) - 816.627.550	07/11/2015 Encaminhada Renovaç	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINUANO (Frutas Verduras, legumes e cereais) - 811.634.620	03/12/2015 encaminhada renovaç	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINUANO (Carnes, aves, ovos, gorduras, óleos comestíveis, condimentos) - 811.856.712	21/09/2016 encaminhada renovaç	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINUANO (Alimentos para animais) - 006.335.470	10/06/2016	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINU (jogos, brinquedos, passatempos, artigos p/ginástica) - 815.746.040	14/07/2022	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	MINU (Carnes, aves e ovos para alimentação) - 813.183.871	03/11/2022	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINUANO (Animais vivos, ovos para incubação) - 800.293.517	08/02/2023	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINU (Serviços, importação e exportação) - 816.548.153	05/10/2023	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINU (Serviços de alimentação) - 816.640.157	26/10/2023	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINUANO (Carne, peixe, aves e caça) - 1.833.715	10/02/2014 - Não Renovada	A Companhia optou por não efetuar a renovação da Marca, como consequência outras empresas poderão utilizar a marca naquele País, inclusive registrando sua propriedade.	A Companhia optou por não efetuar a renovação da Marca, como consequência outras empresas poderão utilizar a marca naquele País, inclusive registrando sua propriedade.
Marcas	MINUANO (Animais vivos, ovos para incubação) - 006.335.462	10/06/2016	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINUANO (Serviços Auxiliares, importação e exportação) - 811.720.306	29/07/2016	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINUANO (Serviços Auxiliares, importação e exportação) - 817.577.904	03/09/2016	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	FRIGUMZ (Alimentos para animais) - 818.270.241	25/02/2017	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	FRIGUMZ (Carnes, ovos, aves, gorduras, oleos comestíveis) - 818.270.268	25/02/2017	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	MINUANO (Carnes, aves, ovos, gorduras, oleos comestíveis, condimento) - 817.549.480	24/06/2017	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINU (Carnes, aves, ovos, gorduras, oleos comestíveis, condimentos) - 813.183.880	24/01/2019	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	QUITUTE FRANGO (Carnes, aves e ovos para alimentação) - 819.870.165	14/09/2019	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	RODIZIO (Carnes, aves e ovos para alimentação) - 820.029.165	09/11/2019	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	RODIZIO (Serviços de alimentação) - 820.031.305	16/11/2019	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINUANO (Carne, peixe, aves e caça) - 009.804	28/08/2020	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINU (Carne, peixe, aves e caça) - 44.231	21/07/2020	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINUANO (Carnes, aves e ovos para alimentação) - 811.856.690	01/08/2016	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINU (Carne, peixe, aves e caça) - 37.483	16/11/2025	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINU (Carne, peixe, aves e caça) - 57.265	23/11/2024	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	MINUPAR (Seguros, negócios financeiros, negócios monetários, negócios imobiliários) - 900.798.726	14/09/2020	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINUPAR (Propaganda, gestão de negócios, administração de negócios, funções escritório) - 900.798.65	14/09/2020	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	HOT CHICKEN MINUANO (Carne, ovos, aves, gorduras, óleos comestíveis, condimentos) - 817.245.901	06/06/2015 encaminhada renovaç	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINU (leite em pó, soro de leite, iogurtes) - 816.967.334	17/05/2015 encaminhada renovaç	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINUANO (condimentos, especiarias, essencias alimenticias) - 812.994.060	02/01/2021	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINUANO (Carnes, aves, ovos, peixes, frutos do mar, frutas, verduras) - 812.994.078	02/01/2021	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINU (Café, chá, cacau, açúcar, arroz, tapioca, sagu, sucedâneos de café, farinhas e prep., etc) - 910.077.8	Pedido em andamento	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINU (Comércio de alimentos para animais, animais vivos e produtos alimentícios) - 910.078.076	Pedido em andamento	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	MINU (Bufê, cafeterias, cantinas, restaurantes, churrascarias) - 910.127.263	Pedido em andamento	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	FIGURATIVA (Comércio de alimentos para animais, animais vivos e produtos alimentícios) - 905.779.673	Pedido em andamento	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	FIGURATIVA (Bufe, cafeterias, cantinas, restaurantes, churrascarias) - 905.779.711	Pedido em andamento	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINU (Papel, livros, impressos de todos os tipos, pequenos art. Para escritório, etc) - 905.675.622	Pedido em andamento	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINU (Roupas e acess. Do vestuário de uso comum e prática de esportes. Art. de viagem) - 905.680.111	Pedido em andamento	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINU (Jogos, brinquedos e passatempos. Art. para ginástica, esporte, caça e pesca, etc) - 910.158.835	Pedido em andamento	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINU (Carnes, aves, ovos, gorduras e oleos comestíveis, condimentos) - 813.172.349	22/10/2021	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINUANO (Carne, peixe, aves e caça) - 10.599	29/11/2021	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	MINUANO (Carne, peixe, aves e caça) - 980.012	13/12/2021	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINUANO (Carne, peixe, aves e caça) - 35.972	19/12/2021	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINU (Carne, peixe, aves e caça) - 1674.631	19/12/2021	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINU (roupas, acessórios, vestuário comum e esportes, artigos de viagem) - 815.265.140	04/03/2022	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINU (papel, papelão, livros, álbuns, artigos de escritório, material didático) - 815.746.032	14/07/2022	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINU FIG. (Carne, peixes, aves, caça, extr. De carne, frutas, legumes, verduras em conserva, etc) - 905.779.	Pedido em andamento	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.
Marcas	MINU (Carne, peixes, aves, caça, extrato de carne, frutas, legumes, verduras em conserva, etc) - 910.077.673	Pedido em andamento	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar.

9. Ativos relevantes / 9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.

9.2 Outras informações relevantes

Todas as informações consideradas relevantes foram prestadas nos itens anteriores.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10 COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.1 Condições financeiras e patrimoniais

Comentários da Minupar Participações S/A. e sua controlada Companhia Minuano de Alimentos, referentes ao exercício de 2015:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

O ano de 2015, apesar de apresentar um cenário positivo com relação ao câmbio, e seu impacto positivo nas vendas direcionadas ao Mercado Externo, trouxe também, reajustes significativos na aquisição de insumos que estão muito vinculados ao mercado internacional. As empresas como um todo foram muito impactadas pela pressão dos custos produtivos, reposições salariais acima do verificado nos últimos exercícios, reajustes e implementação das bandeiras tarifárias da energia elétrica, bem como a inflação atingindo a casa dos dois dígitos. Esse cenário como um todo, trouxe como reflexo, a constatação de demanda mais reprimida, excesso de oferta de produtos derivados de carnes de aves no Mercado Externo, pressão nos preços internacionais das carnes e extrema dificuldade de reposição de preços no Mercado Nacional.

Com relação à Companhia, seu faturamento líquido consolidado atingiu R\$ 207,3 milhões, que comparado ao ano de 2014, apresentou um aumento de R\$ 20,1 milhões, ou 10,8%. Esse aumento está relacionado ao incremento na prestação de serviços de abates de aves para terceiros nas unidades frigoríficas de Passo Fundo e Lajeado (RS) e no incremento das receitas da comercialização de industrializados de carnes.

Receita Líquida

A Receita Líquida no ano de 2015 obteve um aumento de 10,8%, quando comparada ao ano de 2014. No ano, a receita líquida atingiu o valor de R\$ 207,3 milhões, sendo que no ano de 2014, a receita líquida foi de R\$ 187,2 milhões. Este aumento, conforme já ressaltado anteriormente, está relacionada aos incrementos na prestação de serviços de abates de aves nas unidades frigoríficas de Passo Fundo e Lajeado (RS) e no incremento das receitas na venda de industrializados de carnes.

As despesas com vendas reduziram no ano de 2015 em R\$ 0,8 milhões em relação ao mesmo período de 2014, passando de R\$ 9,7 milhões em 2014 para R\$ 8,9 milhões. Conseqüentemente sua relação comparativa a receita operacional líquida reduziu de 5,2% no ano de 2014 para 4,3% no ano de 2015. A referida queda está diretamente vinculada a redução de 16,2% no volume de industrializados de carne comercializados para o Mercado Externo no período.

As despesas gerais e administrativas consolidadas aumentaram no ano de 2015 em R\$ 0,3 milhões em relação ao mesmo período de 2014, passando de R\$ 7,5 milhões em 2014 para R\$ 7,8 milhões. Sua relação comparativa a receita operacional líquida apresentou uma pequena redução, passando de 4,0% no ano de 2014, para 3,8% no ano de 2015.

b) Estrutura de capital

Devido ao Patrimônio Líquido Consolidado Negativo, a estrutura capital consolidada da Companhia está composta por 218,27% de capitais de terceiros e -118,27% de capitais próprios.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

O EBITDA consolidado da Minupar nos anos de 2015 e 2014 foi respectivamente, de R\$ 37,2 milhões ou 18,0% da receita líquida e R\$ 30,3 milhões ou 16,2% da receita líquida, representando uma melhora de 1,8p.p. em 2015. A melhoria de performance está relacionada principalmente ao desempenho da operação de industrializados, onde, apesar de verificarmos uma redução dos volumes de vendas praticados no ano, na ordem de 5,6%, os preços verificados nas operações do Mercado Externo, impulsionados pelo câmbio, contribuiu de maneira expressiva na geração de caixa.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia possui operações de adiantamento de contratos de câmbio (ACCs), linhas de pré pagamentos e pré embarques vinculados às operações de exportações. Adicionalmente, a Companhia utiliza, além de recursos próprios, linhas de créditos junto a instituições financeiras para o financiamento de ativos circulantes.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

ACCs e operações de créditos bancários.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os contratos de empréstimos e financiamentos referentes às demonstrações consolidadas do emissor estão indicados no item seguinte.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Os empréstimos e financiamentos, referentes às demonstrações consolidadas do emissor, junto às instituições financeiras possuem as seguintes características e condições:

Descrição	Refer.	Encargos	Vencimento	31/12/2015	
				Circulante	Não Circulante
Banrisul S/A – ACC		USD + 6% a.a.	Jan a mar/16	1.559	-
Acordo Banco do Brasil	a)	TR + 0,7% a.m.	mar/21	267	2.406
Arrendamento Mercantil		-	-	25	-
Banrisul – Consórcio		-	-	43	298
Banrisul – Limite de Créd.		-	-	2	-
Totais				1.896	2.704

Descrição	Refer.	Encargos	Vencimento	31/12/2014	
				Circulante	Não Circulante
Banrisul S/A – ACC		USD + 6% a.a.	jan a mai/15	3.092	-
Acordo Banco do Brasil	a)	TR + 0,7% a.m.	mar/21	342	3.076
Arrendamento Mercantil		-	-	10	26
Banrisul – Consórcio		-	-	64	319
Badesul S/A – Reaver	b)	TJLP+6,5% a.a.	jun/16	2.541	6.351
Limites de Crédito		-	-	111	-
Totais				6.160	9.772

Legenda:

- a)** Acordo bancário realizado em 25 de março de 2011 com o Banco do Brasil S/A referente aos processos judiciais nº 017/1.03.0008.229-8 e 017/1.04.0002.561-0.
- b)** Através do Acordo na Execução de Título Extrajudicial nº 10300108246, celebrado em 09 de julho de 2015, nos autos do processo, entre a controlada Companhia Minuano e o Badesul S/A, as partes definiram as premissas para quitação da dívida em três (03) parcelas mensais, as quais findaram em setembro/2015.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não se aplica.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

O emissor e suas controladas estão impossibilitados em distribuir dividendos devido a existência de dívidas previdenciárias, bem como pela existência de prejuízos acumulados que devem ser absorvidos por lucros futuros. Com relação aos bens imóveis da Controlada Indireta Companhia Minuano, os mesmos estão em garantia de processos tributários, o que impedem a alienação dos mesmos.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Os limites de financiamentos do emissor não estão totalmente utilizados.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Não houveram alterações significativas em itens das demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**10.2 Resultado das operações****a. Resultados das operações do emissor:****i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

A receita da controlada Companhia Minuano de Alimentos se divide basicamente em 2 segmentos, conforme quadro abaixo:

SEGMENTO	2015	2014	2013
Industrializados	73.627	66.479	59.302
Frigorífico – Abate e Processamento de Aves	147.327	133.651	187.133
Total	220.954	200.130	246.435

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A Receita Líquida no ano de 2015 obteve um aumento de 10,8%, quando comparada ao ano de 2014. No ano, a receita líquida atingiu o valor de R\$ 207,3 milhões, sendo que no ano de 2014, a receita líquida foi de R\$ 187,2 milhões. Este aumento, conforme já ressaltado anteriormente, está relacionada aos incrementos na prestação de serviços de abates de aves nas unidades frigoríficas de Passo Fundo e Lajeado (RS) e no incremento das receitas na venda de industrializados de carnes.

As despesas com vendas reduziram no ano de 2015 em R\$ 0,8 milhões em relação ao mesmo período de 2014, passando de R\$ 9,7 milhões em 2014 para R\$ 8,9 milhões. Conseqüentemente sua relação comparativa a receita operacional líquida reduziu de 5,2% no ano de 2014 para 4,3% no ano de 2015. A referida queda está diretamente vinculada a redução de 16,2% no volume de industrializados de carne comercializados para o Mercado Externo no período. As despesas gerais e administrativas consolidadas aumentaram no ano de 2015 em R\$ 0,3 milhões em relação ao mesmo período de 2014, passando de R\$ 7,5 milhões em 2014 para R\$ 7,8 milhões. Sua relação comparativa a receita operacional líquida apresentou uma pequena redução, passando de 4,0% no ano de 2014, para 3,8% no ano de 2015.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

As variações significativas nas receitas atribuídas em 2015, está relacionada aos incrementos na prestação de serviços de abates de aves nas unidades frigoríficas de Passo Fundo e Lajeado (RS) e no incremento das receitas na venda de industrializados de carnes.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Segue demonstração das informações financeiras dos 3 últimos exercícios sociais. A tabela resumo abaixo facilita a compreensão dos dados. (Valores expressos em milhares de reais)

Contas	2015	2014	2013
Receita Bruta Consolidada sem eliminações	220.954	200.130	246.435
Receita Líquida Consolidada	207.304	187.170	225.096
Lucro Bruto Consolidado	46.740	40.311	41.854
Resultado Operacional Consolidado	21.894	34.312	8.903
Prejuízo Líquido do Exercício	(11.096)	(2.155)	(56.991)
EBITDA Consolidado	37.232	30.280	20.665
Prejuízo por Ação	(0,0156)	(0,0030)	(0,0802)

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**10.3 Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras****a. Introdução ou alienação de segmento operacional**

Não há previsão de introdução ou alienação de segmento operacional.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não está prevista a constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

c. Eventos ou operações não usuais

Não está prevista a ocorrência de eventos ou operações não usuais.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4 Mudanças significativas nas práticas contábeis – ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia são sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de Demonstrações Contábeis (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. Elas são elaboradas com base nos pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Nos 3 últimos exercícios não houveram alterações nas práticas contábeis que provocassem mudanças ou efeitos significativos nas demonstrações contábeis atualmente apresentadas.

b. Efeitos Significativos das Alterações em Práticas Contábeis

Nos 3 últimos exercícios não houveram alterações nas práticas contábeis que provocassem mudanças ou efeitos significativos nas demonstrações contábeis atualmente apresentadas.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Com base no Relatório dos Auditores Independentes, não houveram ressalvas e as ênfases apresentadas são as seguintes:

“No ano de 2009, com a decisão do Supremo Tribunal Federal limitando em 05 de outubro de 1990, o direito ao Crédito de incentivo fiscal setorial instituído pelo art. 1º do Decreto Lei nº 491, de 5 de março de 1969, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos procedeu ajustes em seu Ativo pela redução do valor referente ao período posterior a 1990, que estava registrado desde o exercício de 2006 (nota 17). O saldo de R\$ 34.369 mil no Ativo Não Circulante decorre da decisão da Companhia limitar o crédito à decisão do STF.

Considerando a necessidade de manter a segurança jurídica da Companhia e da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, a controlada optou por incluir os débitos cujas compensações foram realizadas com créditos apurados posteriores a 1990, nos parcelamentos instituídos pela MP 470 e pela Lei nº 11.941/2009 (REFIS DA CRISE 2009). Em janeiro/2013 a controlada Companhia Minuano de Alimentos, foi formalmente excluída deste último parcelamento por inadimplência.

A Controlada, através de seus assessores jurídicos, realizou ampla discussão em processos administrativos, inclusive com a interposição, em 29/02/2012, de Recurso Voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), objetivando o direito ao crédito. Em decisão proferida no dia 27/11/2013, a turma negou provimento ao referido recurso. Diante da referida decisão administrativa, que se contrapôs àquela proferida na Ação Ordinária nº 87.0001354-4, a controlada, em 12/09/2014, optou por ajuizar uma Ação Anulatória, cuja principal discussão envolve a possibilidade de comprovação das exportações através de sua escrita fiscal, bem como, por relatórios

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

de exportação emitidos pelo Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio (MDIC). A referida ação tramita na 22ª Vara Federal de Brasília sob nº 0064091.31.2014.4.01.3400.

Como consequência do assunto acima mencionado, as demonstrações contábeis foram elaboradas no pressuposto da manutenção do direito obtido judicialmente, e não contemplam quaisquer ajustes relativos à realização e classificação de valores de ativos ou passivos que possam ser requeridos em decorrência das decisões judiciais que venham a decorrer por ocasião da conclusão da referida Ação Anulatória. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

A Companhia e sua controlada indireta optaram em incluir parte do passivo tributário nos Parcelamentos previstos na Medida Provisória 470/2009 e na Lei nº 12.996/2014, bem como quitar de forma antecipada parcelamentos tributários correntes com os benefícios previstos na Lei nº 13.043/2014, sendo que a mensuração dos valores definitivos incluídos nos parcelamentos e na referida quitação antecipada encontram-se pendentes de realização por parte dos órgãos fiscalizadores. Assim sendo, as demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes que porventura venham a ser requeridos por ocasião da consolidação definitiva dos referidos débitos fiscais. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31/12/2015 foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e de suas controladas, o que dependerá substancialmente, dos constantes esforços na reversão de prejuízos, geração de caixa e no sucesso do programa de saneamento implementado pelas empresas, bem como, na manutenção dos parcelamentos previstos na Medida Provisória 470/2009 e na Lei nº 12.996/2014. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes para a realização dos ativos ou cumprimento de obrigações adicionais que poderiam ser requeridos na impossibilidade da Companhia ou de suas controladas continuarem operando. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.”

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 Políticas contábeis críticas

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis.

As Demonstrações Contábeis da Companhia e de suas controladas incluem estimativas referentes à:

- 1) Provisões de natureza trabalhista,
- 2) Provisão para contingências,
- 3) Provisão para devedores duvidosos,
- 4) Redução ao valor recuperável dos ativos (*impairment*)

Os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização no futuro, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as, quando aplicável.

Sumário das Principais Práticas Contábeis

a) Declaração de Conformidade

a.1) Demonstrações Contábeis Consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de Demonstrações Contábeis (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Estas Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base nos pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

a.1.2) Demonstrações Contábeis Individuais

As Demonstrações Contábeis individuais da Companhia também foram elaboradas com base nas normas internacionais de contabilidade. As demonstrações contábeis da controladora estão sendo publicadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

b) Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da Minupar Participações S/A, e suas controladas diretas Sulaves S/A e Valepar S/A e de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos. Os saldos de ativos e passivos e os valores das transações comerciais foram eliminados no processo de consolidação.

b.1) Demonstrações Contábeis Consolidadas

A Companhia efetua a consolidação de suas demonstrações contábeis de acordo com as atuais práticas contábeis adotadas no Brasil, e em conformidade com os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Não há diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS's e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, desta forma a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

b.2) Demonstrações Contábeis Individuais

No balanço patrimonial individual, as participações em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

c) Estimativas Contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas incluem certas estimativas referentes às provisões de natureza trabalhista, provisão para contingências, provisão para devedores duvidosos, provisões operacionais e outras avaliações similares. Os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização no futuro, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as, quando aplicável.

d) Moeda Funcional e de Apresentação das Demonstrações Contábeis

A administração da Companhia e de suas controladas definiu que sua moeda funcional é o Real. Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e passivos monetários são reconhecidos nas demonstrações de resultados.

e) Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e equivalentes de caixa estão compostos pelos numerários em fundo fixo de caixa, mantidos pela Companhia e suas controladas, bem como pelos depósitos em conta corrente.

f) Clientes

As contas a receber são mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas no recebimento de créditos. No período os saldos das Contas a Receber de Clientes referem-se a vendas nos mercados interno e externo.

g) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou fabricação, líquidos dos impostos recuperados, e não superam os preços de mercado ou custo de reposição. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

h) Impostos a Recuperar

Os impostos a recuperar são demonstrados com base nos créditos oriundos de operações de entradas e saídas de mercadorias, decorrentes da não-cumulatividade destes e também por retenções na fonte.

i) Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

j) Investimentos

j.1) Participações Societárias

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial na controladora. Os demais investimentos são avaliados pelo seu valor justo.

j.2) Propriedades para Investimento

As propriedades para investimento são representadas por terrenos e obras cíveis para locação mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital. Os bens classificados como propriedade para investimento estão demonstrados ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, as taxas que variam de 2,50% a.a. a 8,33% a.a. de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

As receitas de aluguel, geradas pela propriedade para investimento, são reconhecidas no resultado, dentro de cada competência. Os resultados positivos ou negativos na venda de um item registrado em propriedades para investimento são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado.

k) Imobilizado

De acordo com a Deliberação CVM nº 583/09, a Companhia e suas controladas, estabeleceram adotar o critério do custo atribuído de aquisição ou construção para tratamento contábil de seus ativos imobilizados. A Companhia e as suas controladas deverão efetuar periodicamente a análise de seus valores recuperáveis, ajustando os critérios que determinam a vida útil estimada e o respectivo cálculo de depreciação sendo eventuais efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas contabilizadas prospectivamente. Com relação ao exercício de 2015, a administração avaliou os cenários da Companhia e de suas controladas constatando que os seus ativos imobilizados mantiveram-se gerando caixa linearmente, não ocorrendo durante o exercício nenhuma oscilação significativa em seu parque fabril que pudesse elevar ou minorar a estimativa de vida útil de seus bens com relação ao exercício anterior, motivo pelo qual a administração optou em manter os mesmos prazos de vida úteis já praticados.

l) Intangível

Os valores relativos a marcas e patentes e softwares foram classificados como ativos intangíveis, conforme Deliberação CVM nº 644/10.

m) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício a Companhia e suas controladas, revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o possível montante dessa perda. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

n) Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

o) Estimativas dos Ativos e Passivos Contingentes

Em atendimento as práticas contábeis adotadas no Brasil a Administração da Companhia e de suas controladas, mediante julgamento efetuado em conjunto com os assessores jurídicos, procederam à mensuração e, conforme o caso, a respectiva escrituração de ativos e passivos considerados contingentes que possam afetar significativamente as demonstrações contábeis. Entretanto, a liquidação dos eventos provisionados poderá ocorrer por valor diferente do estimado, fato inerente a este tipo de registro.

p) Ajuste a Valor Presente dos Ativos e Passivos

Quando aplicável, os ativos de longo prazo e os passivos não circulantes são ajustados ao seu valor presente e os circulantes, quando seu efeito é considerado relevante em relação ao conjunto das demonstrações contábeis. A Companhia e suas controladas efetuaram os cálculos levando em consideração os fluxos de caixa específicos de cada ativo, ou passivo, em consonância com a Deliberação CVM nº 564/08.

q) Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

O encargo de imposto de renda e contribuição social é calculado com base nas alíquotas vigentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no encerramento de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos das demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, e também sobre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa, os quais são reconhecidos quando for provável que a Companhia e suas controladas apresentarão lucros tributáveis futuros em montante suficiente para que tais tributos possam ser utilizados, sendo que quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir sua recuperação, seus valores são ajustados pelo montante esperado de recuperação. Em 2015, conforme determina a Deliberação CVM nº 599/09, a controlada Indireta não efetuou registro dos tributos diferidos, visto que a administração da controlada julga que não haverá lucros tributáveis futuros em prazo inferior a cinco anos contra os quais os créditos fiscais pudessem ser utilizados. Outrossim, tais créditos fiscais permanecem controlados na Parte "B" dos Livros Fiscais sendo que os mesmos não possuem prazo prescricional.

r) Reconhecimento das Receitas de Vendas e de Serviços - Consolidado

A receita é reconhecida:

- (a) quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e
- (c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e de suas controladas.

s) Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

t) Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

As políticas contábeis que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações contábeis pela Administração são: (a) os créditos de liquidação duvidosa, inicialmente provisionada e posteriormente lançada para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação; (b) vida útil, "Impairment" e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis; (c) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de perda.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

u) Demonstração do Valor Adicionado – DVA

A Companhia elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas na Deliberação CVM nº 557/08 da Comissão de Valores Mobiliários, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às companhias abertas, no caso a Minupar, enquanto para a IFRS representam informação contábil adicional.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6 Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:****a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items).**

O emissor e suas controladas diretas e indireta não possuem ativos e passivos que não estejam contemplados nos seus balanços patrimonial.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

O emissor e suas controladas diretas e indireta não possuem outros itens que não estejam contemplados nos seus balanços patrimonial.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**10.7 Comentar em relação a cada um dos itens constantes no item 10.6**

O emissor e suas controladas diretas e indireta não possuem ativos e passivos que não estejam contemplados nos seus balanços patrimonial.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 Plano de negócios

a. investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Em 2015 os investimentos realizados, pela Controlada Companhia Minuano de Alimentos totalizaram R\$ 12,1 MM (R\$ 4,2 MM em 2014). Os investimentos foram voltados a modernização e melhorias nos processos industriais das unidades fabris da Controlada.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia utiliza, além de recursos próprios, parcelamento diretamente com seus fornecedores.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos relevantes, bem como previstos.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

No ano a Companhia não efetuou aquisições individuais que influenciam materialmente sua capacidade produtiva, as aquisições fazem parte de um conjunto de ações que visam a maximização da produção.

c. Novos produtos e serviços:

Não há previsão de novos produtos e serviços.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Todos os fatores que influenciaram de maneira relevante no desempenho operacional foram comentados nos itens anteriores.

11. Projeções / 11.1 - Projeções divulgadas e premissas

11.1 Projeções divulgadas e premissas

A Companhia não tem como prática divulgar projeções operacionais e financeiras.

11. Projeções / 11.2 - Acompanhamento das projeções

11.2 Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

Considerando que a Companhia não tem como prática divulgar projeções operacionais e financeiras, nada há para informar neste item.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

12.1 Descrever a estrutura administrativa do emissor, conforme estabelecido no seu estatuto social e regimento interno, identificando:

De acordo com seu Estatuto Social, elaborado sob as regras da Lei das Sociedades por Ações o Emissor é administrado por um Conselho de Administração e uma Diretoria.

A gestão do Emissor está estruturada de forma que o Conselho de Administração e a Diretoria Estatutária atuem com forte visão estratégica e colegiada, apoiados por diretorias executivas que são responsáveis pela gestão das diversas áreas das controladas diretas e indireta, responsáveis pelo cumprimento das diretrizes definidas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Estatutária.

a) atribuições de cada órgão e comitê

a.1) Conselho de Administração:

- a Fixar a orientação geral dos negócios da companhia;
- b Aprovar planos de desenvolvimento, bem como os investimentos necessários a sua execução;
- c Aprovar orçamentos anuais e plurianuais de operações e/ou de investimentos;
- d Acompanhar em caráter permanente o desenvolvimento e desempenho da sociedade;
- e Estabelecer a estrutura administrativa da sociedade e aprovar o seu Regimento Interno;
- f Eleger e destituir Diretores da Companhia, fixando-lhes as atribuições respectivas;
- g Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;
- h Fixar e distribuir, dentro dos limites estabelecidos anualmente pela Assembléia Geral Ordinária, a remuneração dos administradores quando votada em verba global, bem como a participação de empregados;
- i Estabelecer planos previdenciários e benefícios para os empregados e administradores da companhia;
- j Convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, nos casos previstos em lei ou quando julgar conveniente;
- k Manifestar-se sobre o relatório da administração, as demonstrações financeiras e as contas da Diretoria;
- l Deliberar "ad referendum" da Assembléia Geral, sobre os pagamentos de dividendos, inclusive intermediários;
- m Manifestar-se sobre o encaminhamento a Assembléia Geral de qualquer proposta de iniciativa da Diretoria, inclusive de aumento de capital, destinação de lucros e alterações estatutárias, sempre que julgar conveniente;
- n Autorizar a criação e extinção de quaisquer estabelecimentos da Companhia, destacado o capital necessário;
- o Escolher e destituir os Auditores Independentes;
- p Autorizar a aquisição de ações de emissão da companhia para efeito de cancelamento ou de permanência em tesouraria e posteriormente aliená-las;
- q Manifestar-se sobre quaisquer atos ou contratos que a diretoria submeter a sua aprovação;
- r Autorizar o aumento de capital previsto no Artigo 6º;
- s Avocar para sua decisão qualquer assunto que julgar importante a orientação dos negócios da companhia, respeitada a competência da Assembléia Geral;
- t Autorizar a constituição, fusão, incorporação, cisão e extinção de sociedade coligada ou controlada;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- u Autorizar a celebração de acordos, atos ou contratos entre a companhia e seus acionistas e pessoas ligadas;
- v Autorizar a companhia a participar em outras sociedades, bem como alienar ou prometer alienar participações societárias;
- w Autorizar operações envolvendo alienação, oneração, licenças ou uso de marcas, patentes e tecnologia;
- x Autorizar a alienação de bens de ativo permanente, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros, bem como atos e contratos, sempre que o valor, em quaisquer dos atos enumerados nesta alínea, exceda os limites eventualmente fixados pelo próprio Conselho na reunião que anualmente eleger a Diretoria;
- y Deliberar sobre os casos omissos bem como sobre quaisquer outras matérias previstas neste Estatuto.

a.2) Diretoria:

Compete aos Diretores, na forma prevista neste Estatuto, a representação da Companhia, ativa ou passivamente, em Juízo ou fora dele, bem como a gestão dos negócios sociais em geral e a prática de todos os atos de administração e de disposição, necessários ou convenientes ao cumprimento do objeto social, inclusive celebrar atos e contratos de qualquer natureza ou finalidade, mesmo para aquisição, alienação ou oneração de bens do ativo permanente, constituir ônus reais e prestar garantias e obrigações a terceiros, observados os preceitos e limites do Artigo 22 do Estatuto Social.

a.3) A Companhia não possui Conselho Fiscal e nem Comitês instalados.

b) Data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês

Não aplicável

c) Mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê

Não há mecanismos de avaliação de desempenho formalizados.

d) Em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

Ao Diretor Presidente compete:

- a Convocar e presidir as reuniões de Diretoria;
- b Submeter ao Conselho de Administração as demonstrações financeiras previstas em lei e balancetes, bem como toda e qualquer matéria que depender de sua apreciação ou deliberação;

Aos diretores sem designação compete:

A prática dos atos e a gestão das áreas fixadas pelo Conselho de Administração ou constantes do Regimento Interno, quando aprovado.

Com as exceções previstas no Estatuto Social, qualquer ato ou contrato que implique em responsabilidade ou obrigação por parte da companhia perante terceiros ou a exoneração destes perante ela, serão obrigatoriamente assinados por 02 (dois) Diretores ou por 01 (um) Diretor em conjunto com 01 (um) procurador.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

A Companhia poderá ser representada por 01 (um) Diretor:

- a Perante repartições públicas federais, estaduais, municipais, autarquias, empresas públicas ou mistas;
- b Quando se tratar de receber ou dar quitações de importâncias ou valores devidos à companhia;
- c Firmar correspondência e atos de simples rotina;
- d Endossar títulos para efeitos de cobrança ou depósito em nome da companhia;
- e Para prestar depoimento em juízo, por intermédio do Diretor Presidente ou outro Diretor designado pelo Conselho de Administração para tal fim, sempre que a Companhia for regularmente citada, sem poder confessar;

O Estatuto Social não impede a representação da Companhia por um ou mais procuradores. As procurações serão sempre outorgadas em nome da companhia por 02 (dois) Diretores, especificando os poderes conferidos e os limites de competência, devendo ter prazo determinado de validade, exceto para fins judiciais.

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembleias

12.2 Descrever as regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais, indicando:

a) prazos de convocação

A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia é convocada, mediante 3 publicações do Edital que conterà todos os assuntos da ordem do dia, com antecedência de 15 dias, a primeira convocação e com 8 dias a segunda convocação.

b) competências

Compete à Assembleia Geral da Companhia deliberar sobre todos os assuntos previstos na legislação vigente (Lei 6.404/76) e determinações específicas demandadas pela CVM.

c) endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Os documentos relativos às assembleias gerais estarão disponíveis na sede da Companhia, na Av. Sen. Alberto Pasqualini, 1535, Bairro São Cristóvão, Lajeado (RS), na página da rede mundial de computadores da Companhia, www.minupar.com.br; da CVM, www.cvm.gov.br e BM&FBovespa, www.bmfbovespa.com.br.

d) identificação e administração de conflitos de interesses

Procedimento não adotado pelo emissor.

e) solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

Os acionistas poderão também ser representados por procurador.

f) formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas

Quando o acionista se fizer representar por procurador, este deve estar constituído há menos de um ano, ser acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos, sendo que as procurações deverão ser depositadas na Companhia com prazo mínimo de 48 hs (quarenta e oito horas) antes da realização da assembleia.

As procurações deverão ter o reconhecimento de firma do outorgante em tabelionato de notas e seus textos devem estar de acordo com a Lei 6404/76 e com o Código Civil Brasileiro.

A regularidade da procuração terá de ser examinada antes do início das assembleias gerais.

g) formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância

O emissor não possui formalidades estipuladas para boletim de voto a distância, tendo em vista que os acionistas do Emissor sempre comparecem, ou se fazem representar, de forma física nas assembleias gerais. Entretanto, em ocorrendo tal situação, o Emissor entende que as formalidades para esta aceitação deverão seguir as formalidades previstas na legislação em vigor.

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembleias

h) se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

O emissor não tem esta prática uma vez não ter histórico de solicitação de voto a distância, contudo, em ocorrendo tal situação, será oportunamente disponibilizado e-mail para recebimento da documentação necessária.

i) instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

Todas as instruções necessárias à realização de assembleias gerais são divulgadas de forma antecipada através do “Manual para Participação em Assembleias e Proposta da Administração”.

j) se a companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

No intuito de proteger seus acionistas, principalmente os minoritários, a companhia disponibiliza correio eletrônico para compartilhamento de comentários por parte dos acionistas.

k) outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

Todas informações foram devidamente divulgadas nos tópicos acima.

12. Assembléia e administração / 12.3 - Regras, políticas e práticas do CA**12.3 Descrever as regras, políticas e práticas relativas ao conselho de administração, indicando:****a) frequência das reuniões**

Segundo definido no art. 21 do Estatuto Social o Conselho de Administração reunir-se-á sempre que convocado por seu presidente ou por qualquer um dos Conselheiros. No último exercício ocorreram cinco reuniões ordinárias e uma extraordinária.

b) se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Não existem disposições que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do Conselho de Administração.

c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Não há regras estabelecidas de identificação e administração de conflitos de interesses.

12. Assembléia e administração / 12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos

12.4 Se existir, descrever a cláusula compromissória inserida no estatuto para a resolução dos conflitos entre acionistas e entre estes e o emissor por meio de arbitragem:

Não existe cláusula compromissória inscrita no estatuto para a resolução de conflitos entre acionistas.

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
ROCHELI VERÇOSA SOUZA	24/01/1977	Pertence apenas à Diretoria	11/04/2017	1 ano	1
897.259.640-04	Advogada	12 - Diretor de Relações com Investidores	11/04/2017	Não	0%
Carla Luciane Diedrich	10/05/1984	Pertence apenas à Diretoria	11/04/2017	1 ano	1
006.031.730-20	Química Industrial	10 - Diretor Presidente / Superintendente	11/04/2017	Não	0%
Chao En Ming	04/05/1956	Pertence apenas ao Conselho de Administração	11/04/2017	1 ano	6
019.210.358-03	Médico	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	11/04/2017	Sim	100%
Nenhum					
Cynthia Christina da Silva Vello	11/06/1973	Pertence apenas ao Conselho de Administração	11/04/2017	1 ano	3
104.434.508-03	Gerente de Controles	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	11/04/2017	Sim	100%
WELINTON DOS REIS BALDERRAMA	25/04/1953	Pertence apenas ao Conselho de Administração	11/04/2017	1 ano	3
644.330.058-00	Advogado	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	11/04/2017	Sim	100%
Antonio Carlos Rago CAno	09/03/1965	Pertence apenas ao Conselho de Administração	11/04/2017	1 ano	3
087.769.278-57	Corretor de Valores	20 - Presidente do Conselho de Administração	11/04/2017	Não	100%
Nenhum,					

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

ROCHELI VERÇOSA SOUZA - 897.259.640-04

Profissional formado em Direito pela PUC RS em 2000. Contratado pela Companhia para gerenciar o Depto juridico e DRI. Com experiencia nos ultimos 16 anos em empresas de grande porte.

Carla Luciane Diedrich - 006.031.730-20

Atualmente:

Companhia Minuano de Alimentos - Diretora Adjunta Industrial
Minupar Participações S/A

Chao En Ming - 019.210.358-03

De nacionalidade chinesa, nascido em 04 de maio de 1956. Graduado em medicina pela Faculdade de Medicina de Taubaté; Curso de Especialização - Residência Médica, Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia, São Paulo; Titulado em Terapia Intensiva; experiência profissional atuando em diversos hospitais; Diretor Administrativo-financeiro de Solidez Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários, desde 1992. Condenado em processo administrativo da CVM, com multa Pendente de Recurso perante o CRSFN.

Cynthia Christina da Silva Vello - 104.434.508-03

Formação em Administração de Empresas. Experiência profissional em corretora de valores nas áreas de Tesouraria, Custódia, Mesa de Operações - Mercado Bovespa e Controladoria. Sólidos conhecimentos em Mercado Financeiro e Gestão de Projetos. Experiência com Gestão de Pessoas. Certificação PQO Compliance – Back-office.
Experiência Profissional: Solidez CCTVM Ltda - de 1998 – atual

WELINTON DOS REIS BALDERRAMA - 644.330.058-00

Bacharel em Direito - Faculdades Integradas de Guarulhos – Conclusão: 2001; experiência em: 11.11.1969 – Novação Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários Ltda. – Auxiliar; abril/1.983 – Novação Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S/A - Diretor; Novembro/1995 – Isoldi S/A Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários, Departamento de Operações; 07/2005 – Balderrama, Perez Advogados – Especialização em Mercado de Capitais.

Cursos de aperfeiçoamento em: Mercado de Capitais – CITEC - BOVESPA; Análises de Balanço – CITEC - BOVESPA; Matemática Financeira – Mercado de Derivativos – Técnicas de Negociação – Agente Autônomo de Investimentos.

Antonio Carlos Rago CAno - 087.769.278-57

Novinvest S/A. Corretora de Valores Mobiliários - Auxiliar de Pregão - Bovespa
Fonte S/A. Corretora de Câmbio e Valores - Auxiliar de Pregão - Bovespa
Escritório Levy Corretora de Valores Mobiliários Ltda. - Operador Mercado de Ações e Futuros
Sênior Corretora de Câmbio, Valores e Futuros Ltda. - Operador Sênior Mercado de Ações e Futuros.
Lloyds Bank Multiplic S/A. – Gerente de Operações Sênior - Mercado de Ações e Futuros
Multistock Corretora de Câmbio, e Valores S/A - Gerente de Operações Sênior Mercado Futuros BM&F
Banco Indusval Multistock S/A. - Assessor Comercial
BKL Corretora de Mercadorias S/A. – Gerente Sênior de Operações - Mercado Futuros BM&F
Minupar Participações S/A. – Presidente do Conselho de Administração - De 16/04/2015 a atual

ROCHELI VERÇOSA SOUZA - 897.259.640-04

Carla Luciane Diedrich - 006.031.730-20

Chao En Ming - 019.210.358-03

Cynthia Christina da Silva Vello - 104.434.508-03

WELINTON DOS REIS BALDERRAMA - 644.330.058-00

Antonio Carlos Rago CAno - 087.769.278-57

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência						
Tipo de Condenação		Descrição da Condenação				

12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares

Nome	CPF	12.11 - Acordos /Seguros de administradores	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Chao En Ming Conselheiro	019.210.358-03	Minupar Participações S/A	90.076.886/0001-40	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Chao En Hung Conselheira	050.245.498-99	Minupar Participações S/A	90.076.886/0001-40	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Chao En Hung Conselheira	050.245.498-99	Minupar Participações S/A	90.076.886/0001-40	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
André Chao Vanconcellos de Oliveira Acionista	322.220.588-48	Minupar Participações S/A	90.076.886/0001-40	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Chao En Hung Conselheira	050.245.498-99	Minupar Participações S/A	90.076.886/0001-40	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Patrícia Chao Vanconcellos de Oliveira Acionista	322.220.458-60	Minupar Participações S/A	90.076.886/0001-40	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Chao En Ming Conselheiro no Emissor e Quotista na Controladora	019.210.358-03	Minupar Participações S/A	90.076.886/0001-40	Marido ou Esposa (1º grau por afinidade)

12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares

Nome	CPF	12.11 - Acordos /Seguros de administradores	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
------	-----	---	------	---

Cargo**Pessoa relacionada**

Livia Toschie Suguita Chao

076.434.648-20

Serra do Roncador Participações Ltda.

11.277.211/0001-92

Quotista na Controladora

Observação

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
-------------------------------	----------	--	----------------------------

Exercício Social 31/12/2015Administrador do Emissor

Chao En Ming

019.210.358-03

Controle

Controlador Direto

Conselheiro de Administração

Pessoa Relacionada

Serra do Roncador Participações Ltda.

11.277.211/0001-92

Quotista no Controlador

Observação**Exercício Social 31/12/2014**Administrador do Emissor

Chao En Ming

019.210.358-03

Controle

Controlador Direto

Conselheiro de Administração

Pessoa Relacionada

Serra do Roncador Participações Ltda.

11.277.211/0001-92

Quotista no controlador

Observação

12. Assembléia e administração / 12.11 - Acordos /Seguros de administradores

12.11 Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções:

Não há quaisquer disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções.

12. Assembléia e administração / 12.12 - Práticas de Governança Corporativa**12.12 Informar se o emissor segue algum código de boas práticas de governança corporativa**

O emissor não possui código de boas práticas de governança corporativa formalizado. A administração se utiliza das boas práticas de mercado na condução dos negócios do emissor.

12. Assembléia e administração / 12.13 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm.

12.13 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Todas as informações julgadas relevantes pelo emissor foram prestadas nos itens anteriores.

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

13.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) objetivos da política ou prática de remuneração

As práticas de remuneração dos administradores alinham-se aos interesses da Companhia e têm o objetivo de reconhecer os profissionais pelos serviços prestados, visando estimulá-los a contribuir e a buscar cada vez mais a expansão dos negócios e como consequência o retorno aos acionistas, levando em consideração as responsabilidades de cada membro e o tempo dedicado às suas funções.

b) composição da remuneração

A remuneração paga aos administradores segue valores de mercado e os limites globais estabelecidos na Assembléia Geral Ordinária e na Lei 6.404/76. A Companhia não tem por prática efetuar pagamento de remuneração variável.

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Não há indicadores de desempenho estabelecidos para determinar elementos da remuneração.

d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Sendo a remuneração fixa, sem benefícios adicionais, a mesma acompanha a evolução do mercado levando em consideração o mercado onde a Companhia encontra-se inserida.

e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A política de remuneração alinha-se diretamente aos resultados da companhia e evolução do mercado.

f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

A remuneração dos administradores é suportada pela Controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

13. Remuneração dos administradores / 13.2 - Remuneração total por órgão**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2017 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00			4,00
Nº de membros remunerados	4,00			4,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	120.000,00			120.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00			0,00
Participações em comitês	0,00			0,00
Outros	0,00			0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00			0,00
Participação de resultados	0,00			0,00
Participação em reuniões	0,00			0,00
Comissões	0,00			0,00
Outros	0,00			0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00			0,00
Cessação do cargo	0,00			0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00			0,00
Observação				
Total da remuneração	250.000,00			250.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2014 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,42	0,67		5,09
Nº de membros remunerados	0,00	0,00		0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	169.410,65	19.615,73		189.026,38
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	169.410,65	19.615,73		189.026,38

13. Remuneração dos administradores / 13.3 - Remuneração variável

13.3 Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A Companhia não pratica remuneração variável aos membros do Conselho de Administração e Diretoria.

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações**13.4 Plano de remuneração baseado em ações, do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária:**

A Companhia não tem plano de remuneração do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária, baseado em ações.

13. Remuneração dos administradores / 13.5 - Remuneração baseada em ações

13.5 Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos últimos 3 exercícios sociais:

A Companhia não tem remuneração baseada em ações reconhecida no resultado nos últimos 3 exercícios sociais.

13. Remuneração dos administradores / 13.6 - Opções em aberto

13.6 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social

Os membros do conselho de administração e da diretoria estatutária não possuem opções em aberto a ser informada.

13. Remuneração dos administradores / 13.7 - Opções exercidas e ações entregues

13.7 Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Os membros do conselho de administração e da diretoria estatutária não possuem opções e/ou ações vinculadas a remuneração.

13. Remuneração dos administradores / 13.8 - Precificação das ações/opções

13.8 Descrição sumária das informações necessárias para compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7

O emissor não possui situações divulgadas no itens relacionados.

13. Remuneração dos administradores / 13.9 - Participações detidas por órgão

13.9 Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

Empresa	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
Minupar Participações S/A.	300.835.032	-	-
Companhia Minuano de Alimentos	38.018	-	-
Valepar S/A.	29.316	-	-
Sulaves S/A.	75	-	-
Serra do Roncador Participações Ltda.	1.089.000	-	-

13. Remuneração dos administradores / 13.10 - Planos de previdência

13.10 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

A Companhia não tem planos de previdência conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários.

13. Remuneração dos administradores / 13.11 - Remuneração máx, mín e média**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária		Conselho de Administração	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Nº de membros	1,00	0,67	6,00	4.42
Nº de membros remunerados	1,00	0,00	6,00	0,00
Valor da maior remuneração	10.067,20	15.282,40	26.405,60	75.227,53
Valor da menor remuneração	3.533,33	4.333,33	6.248,31	16.417,64
Valor médio da remuneração	13.600,53	29.423,60	20.645,45	38.357,13

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2014	Considerando a remuneração anual.

Conselho de Administração	
31/12/2014	Considerando a remuneração anual.

13. Remuneração dos administradores / 13.12 - Mecanismos remuneração/indenização

13.12 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor:

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou aposentadoria.

13. Remuneração dos administradores / 13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.

13.13 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

Órgão	2013	2014	2015
Conselho de Administração	16%	13%	20%
Conselho Fiscal	-%	-%	-%
Diretoria Executiva	-%	-%	-%

13. Remuneração dos administradores / 13.14 - Remuneração - outras funções

13.14 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Nos três últimos exercícios, não foram reconhecidos valores no resultado do emissor como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal, por qualquer razão que não a função que ocupam.

13. Remuneração dos administradores / 13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada

13.15 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Nos últimos três exercícios, não foram reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal do emissor.

13. Remuneração dos administradores / 13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração

13.16 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Todas as informações consideradas relevantes pelo emissor, foram prestadas nos itens anteriores.

14. Recursos humanos / 14.1 - Descrição dos recursos humanos

14.1 Descrever os recursos humanos do emissor:

Nos três últimos exercícios o emissor não manteve funcionários.

14. Recursos humanos / 14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos

14.2 Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 acima:

Não ocorreram alterações com relação ao divulgado no item anterior.

14. Recursos humanos / 14.3 - Política remuneração dos empregados**14.3 Descrever as políticas de remuneração dos empregados do emissor:**

Considerando que o emissor não tem quadro de funcionários, não há políticas de remuneração definidas.

14. Recursos humanos / 14.4 - Relações emissor / sindicatos

14.4 Descrever as relações entre o emissor e sindicatos:

Considerando que o emissor não tem quadro de funcionários não há relacionamento com sindicatos.

14. Recursos humanos / 14.5 - Outras informações relevantes - Recursos humanos

14.5 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Todas as informações consideradas relevantes pelo emissor, foram prestadas nos itens anteriores.

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações						
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
Serra do Roncador Participações Ltda.						
11.277.211/0001-92	Brasileira	Não	Sim	21/02/2013		
171.973.515	24,221%	0	0,000%	171.973.515	24,221%	
ANDRE CHAO VASCONCELLOS DE OLIVEIRA						
322.220.588-48	Brasileiro	Não	Sim	21/01/2016		
22.759.600	3,206%	0	0,000%	22.759.600	3,206%	
PATRICIA CHAO VASCONCELLOS DE OLIVEIRA						
322.220.458-60	Brasileira	Não	Sim	20/06/2014		
5.320.900	0,749%	0	0,000%	5.320.900	0,749%	
Chao En Ming						
019.210.358-03	Brasileiro	Não	Sim	13/01/2015		
70.386.612	9,914%	0	0,000%	70.386.612	9,914%	
LIVIA TOSHIE SUGUITA CHAO						
076.434.648-20	Brasileira	Não	Sim	30/06/2014		
29.500.000	4,155%	0	0,000%	29.500.000	4,155%	
Chao En H V Oliveira						

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações						
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
050.245.498-99	Brasileira	Não	Sim	05/12/2012		
	35.057.000	4,938%	0	0,000%	35.057.000	4,938%
OUTROS						
	375.012.373	52,818%	0	0,000%	375.012.373	52,818%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
	0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%
TOTAL						
	710.010.000	100,000%	0	0,000%	710.010.000	100,000%

15. Controle e grupo econômico / 15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	03/06/2016
Quantidade acionistas pessoa física	1.386
Quantidade acionistas pessoa jurídica	49
Quantidade investidores institucionais	0

Ações em Circulação

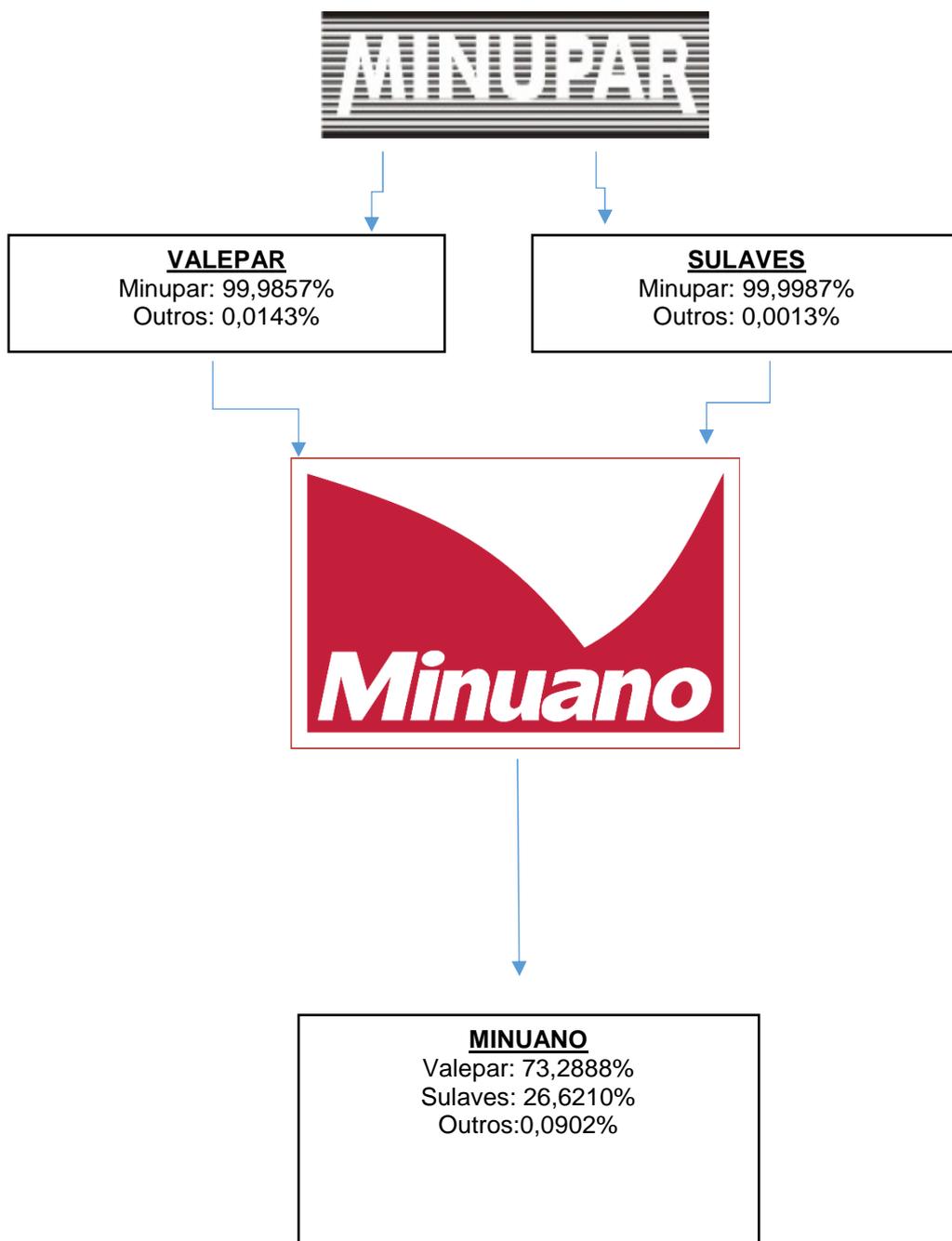
Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias	3.460.595	48,740%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	3.460.595	48,740%

15. Controle e grupo econômico / 15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

15.4 Inserir organograma dos acionistas do emissor do grupo econômico em que se insere

ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO DO GRUPO MINUPAR



15. Controle e grupo econômico / 15.5 - Acordo de Acionistas

15.5 Com relação a qualquer acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte, regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão do emissor:

Não há acordo de acionistas.

15. Controle e grupo econômico / 15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm**15.6 Indicar alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor:**

Acionista	2015	%	2014	%	2013	%
Serra do Roncador Participações Ltda	171.973.515	24,22%	171.973.515	24,22%	171.973.515	24,22%
Chao En Ming	70.386.612	9,91%	68.486.612	9,65%	64.167.112	9,04%
Livia Toshie Suguita Chao	29.500.000	4,15%	37.988.727	5,35%	37.988.727	5,35%
Chao En H V Oliveira	35.057.000	4,94%	35.057.000	4,94%	35.057.000	4,94%
André Chao Vasconcellos De Oliveira	22.759.600	3,21%	31.800.000	4,48%	29.350.000	4,13%
Patricia Chao Vasconcellos De Oliveira	5.320.900	0,75%	29.500.000	4,15%	-	0,00%
Welinton Balderrama Dos Reis	10.000	0,00%	10.000	0,00%	10.000	0,00%
Cynthia Christina Da Silva Vello	100	0,00%	100	0,00%	100	0,00%
Sergio Roberto Jaeschke Jaeger	28.964.805	4,08%	29.044.805	4,09%	11.398.200	1,61%

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias**15.7 Descrever as principais operações societárias ocorridas no grupo que tenham tido efeito relevante para o emissor**

Nos últimos 3 exercícios não houveram operações societárias com efeito relevante para o emissor.

15. Controle e grupo econômico / 15.8 - Outras informações relevantes - Controle e grupo econômico

15.8 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Todas as informações consideradas relevantes pelo emissor, foram prestadas nos itens anteriores.

16. Transações partes relacionadas / 16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.**16.1 Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto:**

A Companhia não possui regra ou política formal sobre partes relacionadas, seguindo, entretanto, as normas e legislação aplicáveis sobre o assunto. A realização pela Companhia de operações e negócios com partes relacionadas é amparada por análises prévias de suas condições, visando sempre o melhor interesse da Companhia. Dessa forma, nas transações efetuadas com partes relacionadas, sempre baseadas no objeto de cada transação, são analisados preços, condições e práticas usualmente de mercado visando não gerar qualquer benefício ou prejuízo que não sejam decorrentes de condições normais de mercado a qualquer uma das partes.

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Paulo Vicente Sperb	22/03/2012	3.885.150,00	R\$ 5.542 MM em 31/12/2015	Não foi possível aferir	24 meses	SIM	2,340000
Relação com o emissor	Acionista						
Objeto contrato	Mútuo - Passivo						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Pagamento de obrigações.						
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Serra do Roncador Part. Ltda	31/05/2012	32.958.522,29	R\$ 26.135 MM em 31/12/2015	Não é possível aferir	Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Acionista						
Objeto contrato	Mútuo - Passivo						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Pagamento de obrigações. Taxa de remuneração 1% a.m. + Selic mensal.						
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Agostinho Carrer Participações Ltda.	01/08/2011	10.000.000,00	R\$ 13.198 MM em 31/12/2015	Não é possível aferir	Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Não há						
Objeto contrato	Mútuo - Ativo						
Garantia e seguros	Fábrica de rações do Frigorífico Nova Araçá						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Taxa de remuneração TJLP.						
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Sérgio Roberto Jaeschke Jaeger	22/03/2012	1.364.850,00	R\$ 4.430 MM em 31/12/2015	Não é possível aferir	Indeterminado	SIM	2,340000
Relação com o emissor	Acionista						
Objeto contrato	Mútuo Passivo						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Pagamento de obrigações.						
Posição contratual do emissor							
Especificar							

16. Transações partes relacionadas / 16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade**16.3 Em relação a cada uma das transações ou conjunto de transações mencionados no item 16.2 acima ocorridas no último exercício social:****a. Identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses**

Todas as operações da Companhia, especialmente aquelas que se deram com partes relacionadas, foram devidamente submetidas à alta Administração da Companhia a que estavam subordinadas, conforme regras vigentes. Os administradores da Companhia, por sua vez, ao deliberarem acerca da celebração de um contrato entre partes relacionadas estão munidos de opiniões e pareceres técnicos que suportam que determinada operação comercial/financeira celebrada com partes relacionadas, é a melhor opção para a Companhia.

É vedado a qualquer acionista ou membro do Conselho de Administração votar em deliberação acerca da matéria em que tenha interesses conflitantes com os da Companhia.

b. Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

As operações entre as partes relacionadas são realizadas em condições semelhantes àquelas praticadas no mercado, vigentes à época de cada transação.

16. Transações partes relacionadas / 16.4 - Outras informações relevantes - Transações com partes relacionadas

16.4 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Todas as informações consideradas relevantes pelo emissor, foram prestadas nos itens anteriores.

17. Capital social / 17.1 - Informações - Capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
Tipo de capital	Capital Integralizado				
03/06/2016	120.107.800,00		7.100.100	0	7.100.100
Tipo de capital	Capital Integralizado				
27/08/2012	120.107.800,00		710.010.000	0	710.010.000
Tipo de capital	Capital Integralizado				
28/09/2011	83.593.000,00		507.150.000	0	507.150.000

17. Capital social / 17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão	Tipo de aumento	Ordinárias	Preferenciais	Total ações	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
01/09/2010	Conselho de Administração	05/11/2010	39,412,800.00	Subscrição particular	115,920,000	0	115,920,000	40.00000000	0.34	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Para definição do valor de subscrição foi considerado o desempenho futuro da companhia, após aumento do capital social.								
Forma de integralização		No ato da Subscrição								
28/06/2011	Conselho de Administração	28/09/2011	34,486,200.00	Subscrição particular	101,430,000	0	101,430,000	25.00000000	0.34	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Valor médio das ações no período de 180 dias que antecederam a aprovação do aumento de capital, com arredondamento para o valor praticado no aumento de capital anterior.								
Forma de integralização		No ato da subscrição em moeda corrente nacional								
27/08/2012	Conselho de Administração	29/11/2012	36,514,800.00	Subscrição particular	202,860,000	0	202,860,000	40.00000000	0.18	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		A administração considerou adequado fixar o preço de emissão tendo como base a média do preço de mercado e volume negociado na BM&BOVESPA nos últimos 60 dias (julho e agosto - R\$ 0,18/ação), não considerando ágio na fixação do preço em virtude do volume de emissão								
Forma de integralização		Em moeda corrente no ato da subscrição								

17. Capital social / 17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação			Quantidade de ações depois da aprovação		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
Grupamento						
03/06/2016	710,010,000	0	710,010,000	7,100,100	0	7,100,100

17. Capital social / 17.4 - Redução do capital social

Data de deliberação	Data redução	Valor total redução	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Redução / Capital anterior	Valor restituído por ação
----------------------------	---------------------	----------------------------	------------------------------------	---------------------------------------	-------------------------------	-----------------------------------	----------------------------------

17. Capital social / 17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social

17.5 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Todas as informações consideradas relevantes pelo emissor, foram prestadas nos itens anteriores.

18. Valores mobiliários / 18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	Conforme definido pela Lei 6404/76
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Não
Restrição a circulação	Não
Resgatável	
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Exceto os direitos previstos em lei, não há outros direitos assegurados.
Outras características relevantes	Não há outras características relevantes.

18. Valores mobiliários / 18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto

18.2 Descrever, se existirem, as regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública:

Não há regras estatutárias que limitam o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública.

18. Valores mobiliários / 18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos

18.3 Descrever exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto:

Não há exceções e cláusulas suspensivas nos estatutos relativas a direitos patrimoniais ou políticos.

18. Valores mobiliários / 18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários**Exercício social 31/12/2015**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado	Valor maior cotação	Valor menor cotação	Fator cotação	Valor média cotação
31/03/2015	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.857.061	0,08	0,04		0,06
30/06/2015	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	10.198.925	0,14	0,04		0,09
30/09/2015	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	3.890.352	0,10	0,05		0,08
31/12/2015	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	950.845	0,08	0,03		0,06

Exercício social 31/12/2014

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado	Valor maior cotação	Valor menor cotação	Fator cotação	Valor média cotação
31/03/2014	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	3.685.492	0,09	0,06		0,08
30/06/2014	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	4.487.441	0,08	0,05		0,07
30/09/2014	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	4.910.089	0,11	0,07		0,09
31/12/2014	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.188.708	0,08	0,05		0,07

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

18. Valores mobiliários / 18.6 - Mercados de negociação no Brasil**18.6 Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação:**

Os valores mobiliários de emissão da Companhia são admitidos à negociação na BM&FBOVESPA, em São Paulo.

18. Valores mobiliários / 18.7 - Negociação em mercados estrangeiros

Valor Mobiliário	Identificação do Valor Mobiliário	País	Mercado Valor Mobiliário
Entidade Administradora	Data de admissão	Data de Início listagem	Percentual
Descrição de Segmento de Negociação	Descrição de Proporção de Certificados de Depósito no Exterior		
Descrição do Banco Depositário	Descrição da Instituição Custodiante		

18. Valores mobiliários / 18.8 - Títulos emitidos no exterior

18. Valores mobiliários / 18.9 - Ofertas públicas de distribuição

18.9 Descrever as ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor:

Nos três últimos exercícios não ocorreram ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários pela Companhia ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas.

18. Valores mobiliários / 18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas

18.10 Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, indicar:

Nos três últimos exercícios o emissor não efetuou oferta pública de distribuição de valores mobiliários.

18. Valores mobiliários / 18.11 - Ofertas públicas de aquisição**18.11 Descrever as ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiro:**

Nos três últimos exercícios não ocorreram ofertas públicas de aquisição pela Companhia, de ações de emissão de terceiros.

18. Valores mobiliários / 18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários

18.12 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Todas as informações consideradas relevantes pelo emissor, foram prestadas nos itens anteriores.

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.1 - Descrição - planos de recompra

Data delib.	Período recomp.	Reservas e lucros disp.	Espécie	Classe	Qtde. prevista	% rel. circ.	Qtde. adquirida aprovadas	PMP	Fator de cotação	% adquirido
Outras caracter.										

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria

19.3 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Todas as informações consideradas relevantes pelo emissor, foram prestadas nos itens anteriores.

20. Política de negociação / 20.1 - Descrição - Pol. Negociação

20. Política de negociação / 20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação

20.2 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Todas as informações consideradas relevantes pelo emissor, foram prestadas nos itens anteriores.

21. Política de divulgação / 21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos

21.1 Descrever normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pelo emissor para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva:

A Companhia tem como propósito elevados padrões de conduta e transparência, a serem compulsoriamente observados por todos os administradores, pessoas a eles vinculadas e relacionadas em virtude de seu cargo, função ou posição na controladora, nas sociedades controladas e nas sociedades coligadas, tenha conhecimento de informação relativa a Ato ou Fato Relevante sobre a Companhia, a fim de adequar a política interna da Companhia aos princípios de transparência e boas práticas de conduta no uso e na divulgação de informações relevantes.

Princípios da comunicação corporativa

Ética - Todas as pessoas vinculadas à Companhia deverão pautar a sua conduta em conformidade com os valores de boa-fé, lealdade e veracidade.

Acesso à Informação – É essencial que a Companhia garanta a disponibilidade de informações relevantes com regularidade e qualidade.

Igualdade de Tratamento - A informação transparente, precisa e oportuna constitui o principal instrumento à disposição do público investidor e, especialmente, dos acionistas e investidores da Companhia, para que lhes seja assegurado o indispensável tratamento equitativo. O relacionamento da Companhia com os participantes e com os formadores de opinião no mercado de valores mobiliários dar-se-á de modo uniforme e transparente. O fluxo de informações será contínuo, mesmo em situações de crise.

Transparência – As informações disponibilizadas ao público investidor devem pautar-se pela transparência, ou seja, devem refletir fielmente as operações e a situação econômico-financeira da companhia, bem como, toda divulgação de Ato ou Fato Relevante, ou qualquer outra divulgação de informação, deverá observar o disposto na legislação em vigor.

Liberdade de Decisão – As decisões de investimento (venda, compra ou permanência) são atos exclusivos de cada investidor, bem como a busca pelos melhores retornos que se devem pautar pela análise e pela interpretação da informação divulgada ao mercado.

Práticas de divulgação de resultados da Companhia

A Companhia utiliza para comunicação com o público investidor as práticas abaixo:

Relatórios Obrigatórios

Os relatórios obrigatórios são encaminhados pela Companhia na forma e prazo estipulados em lei e na regulamentação aplicável, simultaneamente à CVM, BM&BOVESPA e site da Companhia

Informativos

(i) Notas de atos ou fatos relevantes e avisos são publicados em jornais de grande circulação na sede da Companhia e no local onde a Companhia tem negociadas as suas ações.

(ii) Editais de convocação de assembleias gerais, são publicados no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul e jornais de grande circulação na sede da Companhia e no

21. Política de divulgação / 21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos

local onde a Companhia tem negociadas as suas ações.

(iii) As demonstrações contábeis, atas de assembléias e atas de reuniões de Conselho de Administração são publicados no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul e em jornais de grande circulação na sede da Companhia.

Qualquer divulgação de informativos deve levar em consideração as disposições aplicáveis aos relatórios obrigatórios descritos acima.

Site da Companhia

O site da Companhia é um importante veículo de comunicação da Companhia com o público em geral e, em especial, com seu mercado de capitais, o qual deve conter a totalidade das informações relevantes com regularidade, qualidade e equidade. Deve ser mantido continuamente atualizado e conter, minimamente: a totalidade das informações da Companhia enviadas para a CVM.

Rumores

Salvo deliberação da diretoria, a Companhia não se manifestará sobre rumores ou especulações existentes no mercado a seu respeito.

Feedback à Administração

É responsabilidade da área de Relações com Investidores manter a administração da Companhia informada sobre a percepção do mercado em relação aos resultados, estratégias e perspectivas da Companhia.

21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação

21.2 Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante adotada pelo emissor, indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para disseminar informações sobre atos e fatos relevantes e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas e os locais onde a política pode ser consultada:

Informação relevante consiste em qualquer decisão dos acionistas controladores, deliberação de Assembléia Geral ou dos órgãos de administração da Companhia, ou qualquer outro ato ou fato de caráter político administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia, que possa influir de modo ponderável: (i) na cotação dos valores mobiliários; (ii) na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter os valores mobiliários; ou (iii) na determinação de os investidores exercerem quaisquer direitos inerentes à condição de titulares de valores mobiliários. É de responsabilidade do Diretor de Relações com Investidores divulgar e comunicar à CVM e BM&FBOVESPA, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da companhia que seja considerado informação relevante, bem como zelar pela ampla e imediata disseminação da informação relevante nas bolsas de valores e ao público em geral, inclusive por meio de anúncio publicado em jornal de grande circulação. Em circunstâncias especiais, poderá submeter à CVM um pedido de tratamento confidencial com relação a um ato ou fato relevante, quando os administradores entenderem que a divulgação pode colocar em risco interesse legítimo da companhia.

Procedimentos internos para informar e divulgar ato ou fato relevante da Companhia

Todas as informações sobre ato ou fato relevante da Companhia serão consubstanciadas em um documento elaborado pelo Diretor de Relações com Investidores (o "Documento de Divulgação"), o qual poderá solicitar a participação dos Diretores da Companhia, envolvidos ou não no ato ou fato que deu origem ao ato ou fato relevante.

Uma vez elaborado, o documento de divulgação será encaminhado pelo Diretor de Relações com Investidores para a sua publicidade no mercado de valores mobiliários.

Os acionistas controladores, os administradores, os conselheiros fiscais, os funcionários e executivos com acesso a informação relevante ou qualquer dos integrantes dos demais órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia observarão os critérios que versam sobre a disponibilização de informações privilegiadas, bem como o seu uso na negociação dos valores mobiliários.

21. Política de divulgação / 21.3 - Responsáveis pela política

21.3 Informar os administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações:

O Diretor de Relações com Investidores é o responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações ao mercado, assessorado pelos demais Diretores da Companhia.

21. Política de divulgação / 21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação

21.4 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Todas as informações consideradas relevantes pelo emissor, foram prestadas nos itens anteriores.